



1 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**

2 **URC LESTE MINEIRO**

3 **ÍNTEGRA DA ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 29/10/2009.**

4 DORGIVAL SILVA, SUPRAM LESTE - Aconteceu em outras reuniões junto aos senhores
5 conselheiros que é, o membro mais antigo aqui do conselho possa iniciar aqui, dar os
6 procedimentos iniciais dessa reunião e em seguida, tão logo chegue a Dr. Zuleika tomará aqui a
7 presidência da nossa reunião já pra nós não delongarmos muito, não atrasarmos muito e já
8 considerando que ela já está a caminho, ela não pode descer aqui no aeroporto de Valadares, teve
9 que descer no aeroporto de Ipatinga, está no automóvel já se dirigindo para aqui, mais alguns
10 minutos ela chega. Gostaria aqui de saber dos conselheiros se aprovam, se concordam com, no
11 caso seria o Dr. Marco Antônio, estaria fazendo aqui o início dessa reunião pra nós começarmos
12 aqui, perfeito, por favor, Doutor. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG
13 – bem, boa tarde a todos, vou assumir por pouco tempo, até a Zuleika chegar, mas vamos tentar
14 dar um prosseguimento rápido né, pra não atrasar devido as chuvas também né, quem tem que
15 pegar a estrada, igual o Franklim e outros aqui, e essa estrada está bem complicada, nós estamos
16 tendo muitos acidentes, acidentes com grandes perdas, é outra coisa que eu queria antes de dar
17 início, lembrar e retificar aqui, agilizar o Governo Federal né, no processo de licenciamento da
18 duplicação, já que ela foi confirmada até Governador Valadares e o Governo entrar com o
19 projeto o mais rápido possível de alteração né, somente do trecho de Belo Oriente até aqui pra
20 gente aprovar o mais rápido possível e as obras começarem o mais rápido possível pra gente ter
21 uma estrada mais segura com menos perdas possíveis de vida que nós estamos tendo, eu tenho
22 um grande medo aqui, eu sempre comento, é de pegar essa estrada ou nessa época de chuva e de
23 avião também, eu não sei o quê que é pior, se é lá em cima ou aqui em baixo, e falo que o mais
24 segura é o de trem, não tem perigo, dando andamento ao nosso primeiro item, vamos escutar o
25 Hino Nacional. Todo mundo de pé. **Dando andamento vou passar a palavra aos conselheiros**
26 **para o comunicado**, se alguém tiver pra fazer, a palavra está aberta. Ninguém tem nenhuma
27 manifestação? Comunicado, só comunicado. Sim, depois no final, nos assuntos gerais estará
28 aberta a palavra. Então vamos dar início a nossa reunião, eu tenho uma solicitação da
29 Arcelormittal que foi me passada agora e ia ser passada pela Zuleika pedindo uma inversão da
30 pauta somente no item 13 e passar ele pro primeiro processo a ser analisado, eu gostaria de ver se
31 os conselheiros concordam, a gente está analisando esse processo agora, o 13.1 só, sem objeção?
32 Então a Arcelormittal Inox Brasil S.A / Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com
33 redução de minérios, inclusive ferro-gusa / Adequação do alto-forno n.º 2 para operar com
34 carvão vegetal ou coque – Timóteo, se todos concordarem eu vou, que eu só estava com 13.1, a
35 conselheira aqui da prefeitura, ela só está concordando e, adiantar o 13.1, e a proposta é passar o
36 item 13 todo, tanto o 13.2 Barra da Paciência S.A. / Barragens de geração de energia para o
37 primeiro assunto. O 5.1 no caso que é a Dreen, a Dreen ela, o 4.1 e o 5 que é o 5.1 da Dreen nós



38 vamos praticamente discuti-los em conjunto, que foi pedido de vistas da conselheira Waleska e
39 um é o resultado né, da conselheira se eu não me engano, da PCH Santo Antônio e de Gonzaga,
40 mas nós podemos, caso todos concordem também passar o item 13 todo e depois o 5.1 antes do
41 4, concordam? Beleza, então pode ser assim. Então item **13. Processo Administrativo para**
42 **exame de Adendo da Licença de Instalação:** eu vou reler novamente, 13.1, eu vou ler os três
43 processos e caso alguém tenha destaque, favor manifestar na hora que eu terminar cada um.
44 **Arcelormittal Inox Brasil S.A / Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com**
45 **redução de minérios, inclusive ferro-gusa / Adequação do alto-forno n.º 2 para operar com**
46 **carvão vegetal ou coque – Timóteo/MG – PA/COPAM/Nº 00014/1985/090/2008 – Classe 3 –**
47 **Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro, algum destaque? Não. 13.2 SPE Barra da Paciência**
48 **S.A. / Barragens de geração de energia hidrelétrica – PCH Barra da Paciência –**
49 **Gonzaga/MG – PA/COPAM/Nº 00123/1999/003/2006 – Classe 3 – Apresentação: SUPRAM**
50 **Leste Mineiro, destaque? 13.3 SPE Corrente Grande Energia S.A. / Barragens de geração**
51 **de energia hidrelétrica – PCH Corrente Grande – Açucena/MG – PA/COPAM/Nº**
52 **00178/1999/003/2006 – Classe 3 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro, destaque? Então**
53 vou colocar em votação, aqueles que concordam com o parecer da SUPRAM permaneçam como
54 estão APROVADO. Então vamos para o item 5 **Processo Administrativo para exame de**
55 **Licença Prévia: 5.1 Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A – PCH Santo Antônio**
56 **do Porto / Barragens de geração de energia hidrelétrica – Governador Valadares/MG –**
57 **PA/COPAM/Nº 04558/2008/001/2008 – Classe 3 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro.**
58 **RETORNO DE VISTAS pela Conselheira Waleska Bretas Armond Mendes, representante**
59 **da comunidade científica (UNIVALE).** Em discussão. Não, nós tivemos uma alteração, ele está
60 perguntando e vocês aprovaram, então eu passei o item a pedido da conselheira da prefeitura, da
61 nossa prefeita, passei pro 5 antes do 4, certo, o 4 vai ser o próximo, depois do item 5. então em
62 discussão o pedido de, o retorno da vista, conselheira, por favor. **WALESKA BRETAS**
63 **ARMOND MENDES, UNIVALE** – a solicitação de vista nesse processo foi porque algumas
64 características no processo me chamaram a atenção e eu solicitei para um estudo mais detalhado
65 e também para algumas considerações. O parecer ficou um pouquinho detalhado, só um
66 minutinho, e como ele ficou um pouco detalhado, eu vou fazer uma síntese desse parecer, se
67 alguém se interessar depois a gente pode discutir um pouco mais detalhado, mas o que mais me
68 chamou a atenção nesse processo foi primeiramente, eu faço uma ligeira introdução nesse
69 processo e, quando eu coloco a minha introdução, eu chamo atenção no que mais me preocupa
70 que são a quantidade de PCH que estão sendo instaladas naquela região tanto do Suaçuí Grande
71 quanto do Suaçuí Pequeno, então aqui eu gostaria também depois que fosse feito um estudo mais
72 aprimorado desse efeito, dessa sobreposição de tantos empreendimentos hidrelétricos nessas
73 áreas, como é que seria feito ou poderia ser feito um estudo de uma análise integrada desses
74 empreendimentos por causa das áreas diretamente afetadas, das áreas indiretamente afetadas de
75 um empreendimento sobre o outro devido a proximidade desses empreendimentos, primeiro, a
76 gente sabe que a região da Bacia do Doce vai estar passando por um processo de uma quantidade



77 grande de empreendimentos hidrelétricos e na proximidade de um empreendimento ao outro
78 como é que seria esse efeito em cascata de um empreendimento sobre outro, então a minha
79 preocupação em primeiro ponto é nesse sentido, se seria possível uma análise integrada dos
80 empreendimentos hidrelétricos nessa região, a gente vê lá Coroaci com uma quantidade de
81 empreendimentos já sendo pleiteados e aí mais alguns já em fase licença prévia, licença de
82 instalação e estudos já bem adiantado, como é que é o efeito desses empreendimentos em
83 cascatas para tanta biota como a cobertura vegetal para os remanescentes florestais, como é que
84 fica a conectividade dos corredores ecológicos, se vai ser sempre interrompidas por um
85 empreendimento hidrelétrico e também se, é, como é que poderia ser feito essa análise integrada
86 sobre esses empreendimentos e como isso seria feito, a minha preocupação é nesse sentido, será
87 que a necessidade ou a viabilidade de energia é tão superior assim frente ao custo ambiental que
88 esses empreendimentos vão estar causando na área, então há uma das preocupações é essa, então
89 eu começo o meu parecer chamando essa atenção, e a gente também não tem nenhum estudo, eu
90 procurei informações sobre os impactos acumulativos de várias PCH em uma mesma Bacia, isso
91 não tem nenhum trabalho relacionados com esses tipos de empreendimentos, então no caso aqui
92 uma das considerações que eu faço é a preocupação dessa, desse, desse efeito, desses
93 empreendimentos numa determinada área, em relação ao EIA/RIMA eu analisei todas as
94 informações, todas as informações complementares, o EIA, o RIMA, algumas coisas no
95 EIA/RIMA me chamaram atenção mas uma das coisas que eu gostaria também de salientar e
96 chamar a atenção, que na região, lá no EIA/RIMA na área diretamente afetada da PCH cita que
97 tem um predomínio de pastagens na área e algumas áreas de vegetação bastante importante nessa
98 área e da idéia de que existe ali um potencial para corredores ecológicos e aí como é que a
99 retirada da supressão dessa cobertura vegetal, qual efeito que isso causaria na área, já que essas
100 áreas de coberturas vegetais funcionariam como uma zona tampão pra continuidade da, tanto da
101 biota da fauna ou flora que ali existe ainda, outra coisa também que me chamou atenção que o
102 próprio EIA/RIMA, a própria equipe da consultoria cita a alta biodiversidade da área, mas
103 trabalha com espécies arbóreas e arbustivas, o estudo de viabilidade foi só em cima desses dois
104 grupos e ele em momento nenhum ele cita as plantas herbáceas, as epífitas, os líquens, as
105 pteridófitas, esses grupos de flora sendo que eles são muito importantes pra algum grupo de
106 fauna ligado a eles. Outra coisa no EIA que me chama atenção também foi a caracterização do
107 empreendimento, lá fala, na página 57, que a área diretamente afetada pela PCH é o projeto
108 básico da PCH Ferradura, a PCH Ferradura, está localizada no município de Ferros, e em
109 questão ali é a PCH Santo Antônio no Rio Suaçuí Pequeno, então é uma informação incorreta no
110 EIA, no parágrafo primeiro, da página 57, e que em momento nenhum ela foi corrigida nas
111 informações complementares em nenhum outro local dos estudos que eu observei, então assim,
112 persistiu o erro de localização do empreendimento, então assim, a partir daí que você observa
113 que caracterizar um empreendimento, todo o estudo foi feito de viabilidade continua a incorrer
114 no erro de localização me passa alguma insegurança de informações isso, quando você coloca, é
115 o famoso copia e cola né, que você não vai observando, então toda caracterização foi feita



116 baseado numa informação em cima de uma PCH que está no município de Ferros, aí depois eu
117 entro nos questionamentos e encaminhamentos que eu não vou parar em todos, mas uma das
118 coisas que eu observei, que me chama atenção de novo, aquela região que a gente conhece, a
119 gente convive com essa região bastante tempo, é uma região que tem um potencial muito grande
120 em termos de remanescentes florestais e tem que viabilizar possibilidades na efetiva de
121 manutenção e promoção dessa conectividade, permitir ainda essa conectividade, porque se vai
122 implantar vários empreendimentos, como é que fica a situação das matas ciliares, das formações
123 florestais na região né, é um comprometimento muito grande, aí eu vou fazendo os comentários,
124 mas outro comentário, um questionamento que eu faço que muito me chama atenção também, é,
125 se a gente tem, por exemplo, o IEF que é o órgão né, que a gente observa aqui na região ele
126 deveria pelo menos aqui zelar pelas áreas de APP, porque já que está permitindo, que lá fala na
127 página 98 do volume 1, cita que a recuperação das áreas e a formação dos 30 metros de área de
128 preservação permanente previstas no presente EIA e na legislação ambiental deve ser realizada
129 tendo como base a lista florística, então assim, será que pela legislação que a gente tem, não seria
130 necessário manter os 100 metros que a gente já vem debatendo aí a bastante tempo, não seria aí
131 uma hora de definir realmente qual seria essa margem ou essa área de proteção né, e pra
132 finalizar, que eu já estou demorando muito, eu cito como, eu faço algumas sugestões de
133 condicionantes que seria lá no, em nenhum momento eu pude observar que existe um programa
134 de monitoramento de plantas aquáticas que é uma das coisas que a gente observa aqui nas nossas
135 Usinas Hidrelétricas ou PCH esse desenvolvimento de plantas aquáticas que é característicos da
136 regiões, então eu faço essa sugestão de condicionante que seria na proposta pra LI, outra parte
137 que eu coloco como uma sugestão também, também possivelmente até mesmo como uma
138 compensação ambiental de estimular ou propor a implantação de unidades de conservação
139 principalmente, não necessariamente naquela região, mas a gente tem como exemplo em
140 Peçanha que lá tem um local muito importante em termos de promover proteção da população de
141 Muriquis naquela região, que a gente sabe que é uma população ameaçada desses primatas,
142 possivelmente transformar esse região numa unidade de conservação como uma compensação,
143 outra coisa também seria a construção ou implementação de um CRAS ou de um CETAS aqui
144 na região para as atividades de resgate e reintrodução de fauna que será comprometida por este
145 empreendimento e outros empreendimentos da região, então seria feito talvez um consórcio entre
146 as PCHs que estão em fase de implementação e construir aí um CRAS único pra objetivar todos
147 esses animais que estariam ameaçados, isso aí seria proposto na LI, só que aí a gente observa que
148 será que só esse empreendimento seria obrigado a fazer isso, não, mas aí a sugestão é fazer uma
149 coisa em conjunto, mas a principal que eu chamo atenção é a gente fazer uma análise mesmo
150 integrada de todos os empreendimentos pra região, é, uma coisa que eu também gostaria de
151 propor que seria, uma coisa aqui no meu caso eu tenho muita dúvida, e olha que eu já estou
152 bastante tempo aqui como patrimônio mesmo até do COPAM, porque desde a primeira época, e
153 muitas vezes eu tenho dúvidas do que é que propôs pra licença prévia, pra licença de instalação,
154 pra licença de operação, então seria ou uma palestra, ou uma, um curso, alguma coisa pros



155 conselheiros, eu sugiro aqui pra todo mundo pra saber o quê que é que deve ser proposto, pra
156 licença prévia, pra licença de instalação, pra licença de operação, porque muitas vezes a gente
157 chega aqui com condicionante e fala assim, ah, essa condicionante não é agora não, é lá na
158 licença de operação aí chega lá na licença de operação, não, deveria ter sido proposto na de
159 instalação, então você fica sem saber quando é que a condicionante tem que entrar, muitas vezes
160 passa a época dela entrar porque a intervenção já foi feita e você não consegue mais dali pra
161 frente reverter um problema que poderia ter sido solucionado lá na licença prévia, então o
162 parecer, como eu disse, ele ficou um pouquinho grande, mas na síntese era isso que eu queria
163 deixar. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – obrigado Waleska, eu
164 gostaria de convocar a equipe técnica desse processo e se posicionar em cima desse parecer da
165 Waleska, vocês devem ter lido né, o processo, o retorno da vistas dela e se cada ponto que ela
166 colocou aqui como sugestão de condicionantes que ela colocou, antes de passar pra equipe eu
167 também fiz algumas anotações aqui. Na condicionante 4, apresentar de forma detalhada
168 programa de tratamento de esgoto para o trecho de vazão reduzida e para a área do reservatório,
169 eu participei do processo de reconhecimento de outorga pelo Comitê do Suaçuí, na Câmara
170 técnica de outorga do Suaçuí e, o que eu estou lembrando aqui, essa área não tem influência de
171 povoamento, de grande concentração urbana, então, me parece que nem tem concentração
172 urbana na área de vazão reduzida, parece que tem um produtor rural só na área, eu não estou
173 recordando direito, depois vocês refrescam minha memória, mas o que eu queria colocar aqui,
174 isso foi discutido também, nós discutimos isso nas câmaras de outorga, é, a gente leva isso como
175 uma manifestação dessa câmara técnica pra ser analisada pela SUPRAM e o corpo técnico do
176 IGAM também na fase de outorga, então eu não sei como é que chegou isso lá, como que está
177 esse processo lá dentro do IGAM, mas minha colocação aqui, é, que eu sempre como
178 conselheiro, é da obrigação sendo transferida pro setor privado de tratamento de esgoto, se nós
179 formos falarmos pela concentração urbana, não caracteriza a gente falar isso pro empreendedor
180 de fazer um trabalho de monitoramento, de tratamento de esgoto em cima disso, se nós formos
181 falar pelo canteiro de obra, pelo que me parece vai ter um tratamento de esgoto referente aos
182 funcionários que estão lá, então essa condicionante, eu não vejo muita lógica nela aqui, e, eu
183 tenho uma dúvida também da condicionante 5 a 10 da Waleska, que é apresentar de forma
184 detalhada os programas de vigilância epidemiológica, segurança em alerta, adequação de malha
185 viária, plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório, que é o nosso famoso
186 Pacuera né, e apresentar de forma detalhada programa de assistência técnica ao produtor rural,
187 apresentar de forma detalhada programa de monitoramento socioeconômico, eu queria saber do
188 corpo técnico se esses programas todos, eles provavelmente deve estar detalhado no PCA da
189 empresa ou no EIA dele, no EIA/RIMA, não tem nada detalhado nele? PAULO, SUPRAM
190 LESTE - esses problemas vão ser detalhados posteriormente na formalização da LI, no PCA e no
191 RCA. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – sim, sim, então é aquilo
192 que você acabou de falar né Waleska, nós estamos antecipando tudo numa questão que ainda vai
193 ser detalhada pelo empreendedor na LI e eu acompanhei aquelas reuniões preparatórias que nós



194 tivemos e eu vi que eles tinham falado bem desses assuntos onde foi discutido com a equipe toda
195 isso, então são coisas porque, foi uma reunião que eu cedi espaço aqui, acaba que eu participo
196 dela, dessas grandes reuniões, mas é aonde eu cedo meu espaço aqui, então acaba que eu fico
197 sabendo antes do que o resto dos conselheiros do quê que está já previsto, aí na hora que chega
198 estas dúvidas aqui eu já estou praticamente adiantado, por isso que eu convoquei a equipe
199 justamente pra clarear vocês em quais etapas que isso vai ser condicionado né, igual ao item 11
200 também né, o programa apresentar portaria do IPHAN, isso também vai ser lá na licença de
201 instalação do IPHAN, eles já estavam até com a autorização se eu não me engano, o autor do
202 processo do IPHAN, a portaria, a prospecção de resgate arqueológico, é a condicionante 11 aqui,
203 que a Waleska coloca, apresentar portaria do IPHAN permitindo a implantação do programa de
204 prospecção e resgate arqueológico da PCH Santo Antônio do Porto, ela pede na formalização no
205 processo de instalação, me parece que isso, eles já até tinham formulado isso junto a IPHAN né,
206 já tinham a autorização e tudo, é só pra confirmar também. SINARA, SUPRAM LESTE - o que
207 ocorre é que tem a portaria 230 do IPHAN que as etapas do IPHAN, elas são feitas de acordo
208 com cada etapa do processo de licenciamento, o que eles tem é autorização pra pesquisa na área
209 lá né, e na fase de LI eles vão implantar essas, esses estudos de resgate, então a gente está
210 acompanhando a portaria do IPHAN conforme as etapas da fase de licenciamento. MARCO
211 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – aí eu também vejo aqui a 13, apresentar
212 cópia de publicação de outorga pra aproveitamento do potencial hidrelétrico, o parecer único diz
213 que já foi emitido a outorga ou não foi, não tem lá no parecer? PAULO, SUPRAM LESTE – a
214 outorga já foi aprovada pelo Comitê do Suaçuí, mas a publicação gera um tempo, então eles tem
215 que apresentar depois essa publicação pra nós. . MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
216 RODRIGUES, FIEMG – como eu estou lá no CBH do Suaçuí eu já sabia disso, que já tinha sido,
217 quer dizer, a gente sempre fala lá nos Comitês de Bacias que os Comitês eles não dão outorgas,
218 quem da outorga é o IGAM, nós só recebemos o processo, analisamos o processo e discutimos
219 algumas coisas e sugerimos algumas condicionantes que sejam analisadas pelo corpo técnico,
220 porque o Comitê de Bacia ele não tem o corpo técnico especializado, isso é de autonomia e de
221 obrigação do estado fazer isso né, então eu sempre falo isso em todos os Comitês que eu
222 participo que a obrigação de licenciar a outorga é do estado, a mesma coisa do licenciamento
223 ambiental, obrigação é do estado, nós estamos aqui somente referendando ou atinando pra algum
224 problema e sugerindo alguma coisa, o corpo técnico é que dá a palavra se pode ou se não pode,
225 se está de acordo ou se não está de acordo, e se nós vamos aceitar ou não, mas quem licencia é o
226 órgão Estadual, Federal ou Municipal né, então a 14 também ela já está aí, não, é a 14 agora, foi
227 a 13, caso nos estude dos processos de intervenção ambiental foi detectado a necessidade de
228 supressão de 50 hectares de vegetação em estágio médio e avançado de vegetação de mata
229 atlântica, o empreendedor fica condicionado apresentar anuência prévia do IBAMA para o
230 processo de intervenção ambiental, isso também se eu não me engano é na LI, eu estou certo,
231 então na licença prévia pelo que eu vi aqui as condicionantes que a Waleska colocou em todas,
232 são todas praticamente na fase de LI que a gente, primeiro vamos receber o processo de



233 licenciamento de LI, todos os projetos que tem que ser apresentado pelo empreendedor, a equipe
234 técnica analisar, já pode até usar como um parâmetro, vê se está sendo apresentado todas as
235 sugestões que a conselheira Waleska está colocando e, quer dizer, a gente tem uma certa atenção
236 pra aqueles pontos em destaques que ela colocou, isso é uma sugestão minha, não sei se todos
237 compactuam com isso e passar esse processo todo pra LI, pra gente estar analisando na LI, eu
238 gostaria de saber se a equipe também, a equipe técnica compactua com isso e, a não ser que ela
239 tem alguma contestação e queira colocar algumas dessas condicionantes da Waleska pra gente
240 colocar em votação o parecer dela também. PAULO, SUPRAM LESTE - a gente está de acordo
241 com as condicionantes da Waleska, pode já inserir agora, se formalizar na formalização da LI, no
242 plano de monitoramento de plantas aquáticas e. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
243 RODRIGUES, FIEMG – seria qual, qual número? PAULO, SUPRAM LESTE - número,
244 apresentar. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – é aquelas de 5 a 10
245 que eu tinha falado né, que são praticamente todas na formalização da LI né, que aqui nós
246 estamos realmente falando de uma LP né, é só a viabilidade técnica e econômica, tanto que só
247 complementando aquela parte que você leu lá de Ferros, eu também tinha lido isso e liguei pro
248 empreendedor na mesma hora chamando a atenção dele nisso e pedi pra ele fazer uma carta de
249 correção à SUPRAM, não sei se ele protocolou isso, se ele não protocolou eu vou reforçar de
250 novo porque pra gente ter mais uma segurança e ele realmente confirmou o erro dele na hora, e
251 falou “nós erramos mesmo”, foi só aquele trecho mas o resto do projeto estava todo de acordo
252 como vocês podem confirmar isso. PAULO, SUPRAM LESTE – a gente viu esse erro também
253 né, mas a gente desconsidera, fizemos vistoria no local, sabemos onde é o local realmente, foi
254 feito audiência pública nos locais, então nós vimos o erro, mas, audiência, vistoria, a gente
255 deixou passar um pouco. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – então
256 você está sugerindo colocar como condicionante de LP. PAULO, SUPRAM LESTE –
257 condicionante da LP, vai ser entregue na formalização da LI. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI
258 DINIZ RODRIGUES, FIEMG – a tá, qual item? PAULO, SUPRAM LESTE – apresentar de
259 forma detalhada o plano de monitoramento de plantas aquáticas, a Waleska vai falar.
260 WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE - como está as outras, pra seguir a
261 mesma características das outras né, apresentar de forma detalhada um programa de
262 monitoramento de plantas aquáticas né, e aí seria na formalização do processo da licença de
263 instalação, porque a gente sugere agora na LP pra ser definida na LI né, e também a outra
264 sugestão que eu faço a possibilidade aí seria da construção de um CRAS ou CETAS para as
265 atividades de resgate, introdução de fauna da região, na LI, e uma outra que eu não sei se seria
266 condicionante ou não, um estudo de viabilidade pra observar o efeito da sobreposição dos
267 empreendimentos na área, seria feito um estudo, como é que seria um efeito de tantos
268 empreendimentos acima dessa PCH e abaixo, como e que seria, é porque a preocupação é que
269 pela distancia de um empreendimento ao outro como é que reagiria a biota tanto fauna ou flora
270 nesses processos, como é que seria esse tipo de intervenção né, aí é como eu falo né, seria uma
271 condicionante ou um estudo né. . MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG



272 – esse ponto aí não seria nem uma condicionante e nem um estudo pra esse processo que não tem
273 cabimento a gente fazer uma exigência em cima do empreendedor, porque é uma coisa ampla né,
274 e o impacto é muito maior, o impacto dele é só local. WALESKA BRETAS ARMOND
275 MENDES, UNIVALE – então eu passaria uma solicitação a própria. MARCO ANTÔNIO
276 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – solicitação ao estado. . WALESKA BRETAS
277 ARMOND MENDES, UNIVALE – a própria SUPRAM no caso, que faça esse estudo de
278 viabilidade. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – é, se eu não me
279 engano, vocês podem refrescar a minha memória, Dorgival não está lembrando, eu acho que nós
280 já pedimos isso em alguma reunião passada, nesse ano, eu não estou lembrando. WALESKA
281 BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – eu gostaria que fosse registrado em ata e que
282 ficasse essa solicitação, que para os próximos empreendimentos hidrelétricos que a gente
283 soubesse onde eles estão instalados, como é que é o efeito de um sobre o outro, aí seria uma
284 solicitação que eu estou fazendo agora. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES,
285 FIEMG – então, Dorgival. DORGIVAL SILVA, SUPRAM LESTE – eu tenho, eu comungo da
286 mesma preocupação da Waleska e os técnicos também tem a mesma preocupação, nós temos um
287 montante que ainda virá de muitas usinas de geração de energia elétrica, isso é uma
288 características de Minas Gerais e muito próximo aqui da nossa regional e nós estamos realmente
289 com receio dessas PCHs em cascatas dentro da própria Bacia, nós já temos tomados uma
290 iniciativa de pedir um estudo de efeitos acumulados quando Há outras PCHs na Bacia, que o
291 empreendedor que está pleiteando esse empreendimento, que ele faça um estudo com
292 responsabilidade técnica e conclusivo sobre efeitos acumulados naquele Bacia com entrada deste
293 novo empreendimento, quer dizer, nós não temos como consertar o passado, o que está
294 construído e que está lá já está consolidado, agora, as novas entradas acho que nós temos que ser
295 realmente mais cautelosos e avaliar essas questões, então nós já temos feitos em outras
296 SUPRAMs, não aqui ainda, não tivemos esse pedido, mas já vamos adotar como pedido pra um
297 efeito acumulado, uma análise de efeitos acumulados dessas PCHs. Já foi feito uma moção, não
298 uma moção, mas um pedido da Assembléia Legislativa, Dr. José Carlos Carvalho especifico ali
299 pro município de Ferros com as PCHs que estão pra ser implantadas lá, esse estudo mais amplo,
300 mais sistemático ou talvez até uma avaliação estratégica da entrada dessas novas Usinas ali,
301 então já foi feito o pedido à Secretaria, poderia aqui talvez uma sugestão pra conselheiros e
302 conselheiras pra gente votar uma moção aqui motivando que a secretaria busque, encontre
303 recursos ou ache uma maneira, porque isso nos daria um respaldo muito, uma tranquilidade
304 muito maior com os processos de licenciamento ambiental, hoje nós não temos esse
305 conhecimento, nós analisamos pontualmente, mas não analisamos as interferências, as
306 implicações de uma com a outra, então isso nos ajudaria muito com respeito aos novos
307 licenciamentos, eu sugeria, faria essa sugestão, que fosse uma moção, que ela fosse votada e que
308 isso encaminhada ao Dr. Shelley e ao Dr. Jose Carlos Carvalho, motivasse esses estudos, que é
309 uma preocupação não só da senhora mas nós também. ELISA COSTA, PREFEITA DE
310 VALADARES – também quero saldar a todos, uma boa tarde, eu queria também registrar e



311 concordar com, e partilhar inclusive das falas da conselheira Waleska e do nosso Diretor aqui da
312 SUPRAM, nosso Superintendente, porque hoje até, pela primeira vez, o nosso Comitê da Bacia
313 do Rio Doce que se reúne durante o dia e que tem vários conselheiros aqui que também são
314 membros do Comitê, temos lá hoje uma discussão exatamente sobre o Pacuera da Usina de
315 Baguari e vai acontecer exatamente na próxima meia hora aí, isso vai se dar, mas, exatamente
316 trazer essa reflexão para o COPAM, partilhando aqui das mesmas preocupações em relação ao
317 conjunto seja das Usinas a exemplo de Baguari que realmente é uma usina que hoje vai gerar 140
318 MW de energia e tem uma influência regional em seis municípios, como também as demais
319 PCHs que são pequenas Usinas que também são muitas ao longo da nossa Bacia né, só em
320 Coroaci são 4 PCHs né, isso, agora, inclusive a de Santo Antônio do Porto faz divisa com
321 Coroaci, está muito pertinho uma da outra, então eu quero registrar também que eu acho todos
322 nós conselheiros aqui nos ater também a essa preocupação como também quem está no próprio
323 Comitê da Bacia né, eu até pedi para adiantar exatamente esse tema porque como também sou
324 secretaria executiva do Comitê, eu tenho um papel também a cumprir lá hoje ainda na parte da
325 tarde agora, finalizando a agenda proposta, mas eu também queria fazer uma colocação aqui em
326 relação, aqui tem uma medida mitigadora na página 21 no parecer da SUPRAM que é uma
327 preocupação nossa de Governador Valadares lá em Santo Antônio do Porto que é um distrito de
328 Valadares em relação ao futuro plano ambiental né, futuro Pacuera, mas exatamente quando a
329 conselheira Waleska nos remete a uma fala de que qual é o momento correto que nós devemos
330 apresentar condicionantes ao longo de todas as licenças ambientais, desde a prévia até chegar a
331 licença de operação, eu vou fazer uma proposta aqui que deveria exatamente depois avaliar
332 melhor, qual que é o momento oportuno dela, pra que ela possa ser incluída, mas que eu queria
333 deixar aqui como registro, primeiro assim; até perguntar aos técnicos da SUPRAM; Santo
334 Antônio do Porto hoje é um distrito que tem uma característica inclusive turística, nós temos lá
335 algumas cachoeiras, é uma área muito bonita, inclusive faz parte do nosso programa e do
336 município utilizar ali pra fazer turismo rural, então é uma área que nós devemos estimular e
337 cuidar com infra-estrutura pra que isso possa futuramente ser melhor aproveitado aquele
338 ambiente natural paisagístico das nossas cachoeiras né, e aqui há exatamente uma preocupação,
339 no próprio relato de que por algum tempo haverá supressão da área de lazer em Santo Antônio
340 do Porto, aqui fala-se, a cachoeira é utilizada principalmente nos finais de semana como local de
341 lazer pra comunidade sendo uma das fontes de renda do proprietário das terras localizadas na
342 margem dessa com a instalação da PCH, o referido ponto turístico poderá sofrer alterações
343 podendo ser desativado durante um período, devido a dificuldade de acesso com início das obras
344 né, então apenas, não apenas para quem é proprietário, mas para o município e para todo o
345 distrito, a medida mitigadora remete ao programa de negociação para o Pacuera, mas eu já queria
346 antecipar como proposta, que eu não sei exatamente, eu confesso que seria um pouquinho mais
347 adiante, mas eu quero colocar aqui para reflexão, a elaboração já de imediato de um projeto, de
348 um projeto né, como condicionante e, principalmente construção, para construção da infra-
349 estrutura, quer dizer, remontar a infra-estrutura que poderá ser desativada né, com equipamentos



350 de lazer e turismo na região do distrito de Santo Antônio do Porto ouvindo a comunidade local
351 né, com a participação da comunidade em relação a essa proposta, quer dizer, o projeto deveria
352 ser discutido com a comunidade lá e com o próprio município, isso consta no anexo 1 do item 8º
353 como medida mitigadora, estou só apresentando e, é, queria uma sugestão da equipe técnica de
354 qual é o momento oportuno pra isso entrar como condicionante pra que a gente depois não possa
355 ser surpreendido lá na frente por não ter entrado na hora certa, inclusive eu remeto isso a Baguari
356 porque teve algumas medidas que parece que não foram feitas condicionantes lá atrás e são
357 necessárias hoje, mas que acaba tendo uma justificativa que não foi no momento oportuno de ser
358 feitas né, então eu quero deixar esse registro aqui a vocês pra que a gente possa avaliar melhor,
359 então é isso que eu queria propor para a PCH, tá bom. PAULO, SUPRAM LESTE – a gente
360 propõe então, colocar como condicionante apresentar projeto de forma detalhada de um plano
361 pra. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG - plano de recuperação pra
362 área de lazer, com reestruturação e equipamentos. ELISA COSTA, PREFEITA DE
363 VALADARES – infra-estrutura turística, a palavra correta que eu queria dizer, infra-estrutura
364 turística. PAULO, SUPRAM LESTE – plano de infra-estrutura turística para a área de lazer em
365 Santo Antônio do Porto na formalização da LI. Na verdade, pode vir dentro do programa de
366 negociação, mas eu acho colocar como uma condicionante a mais separada pra ficar mais visível
367 e mais entendível, mais fácil de entender né. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
368 RODRIGUES, FIEMG – então é, eu primeiro, vou colocar em votação no caso, acredito que nós
369 já esgotamos nossos assuntos, primeiro eu vou colocar em votação as condicionantes, a licença
370 quer dizer, eu vou colocar em votação a licença prévia da PCH Santo Antônio do Porto e depois
371 nós vamos votar as condicionantes no caso, certo. Eu coloco em votação, aqueles que concordam
372 com o parecer técnico permaneçam como estão, APROVADO. Agora eu vou colocar como
373 sugestão minha no caso, somando mais essa condicionante, eu vejo que todas as condicionantes
374 aqui são passíveis da LI, então que nós votemos ela não como condicionante de LP, que não tem
375 cabimento nenhum a gente colocar, nós estamos votando aqui a licença prévia, a gente está
376 votando uma condicionante que não é o correto, nem o legal e nem a hora certa, então eu
377 gostaria de passar todas essas condicionantes, como é uma sugestão minha, é, passar elas pra
378 apreciação do corpo técnico na hora exata, eles vão receber todas as documentações referente a
379 licença de instalação, todo o PCA, o RCA ainda, onde tem que está inserido todos esses assuntos
380 e que o corpo técnico verifique todas essas condicionantes que estão aqui se estão sendo
381 agraciadas lá no processo, no PCA, caso tenha, não justifica a gente ficar aqui pensando já em
382 condicionante lá na frente, então é uma sugestão minha colocar isso daqui pro corpo técnico ficar
383 atento lá na frente, a gente ter um certo resguardo com essa solicitação da Waleska, na hora que
384 vier LI ai nós verificarmos, eu na minha percepção, não tem cabimento a gente votar uma coisa
385 que é condicionante de LI e não de LP, sendo que nós estamos votando a LP aqui, então é aquilo
386 que a Waleska falou, tem as dúvidas que a SUPRAM deu um treinamento pra todos os
387 conselheiros que tem essa dúvida, eu acredito até pra gente reciclar também, pra saber todas
388 essas fases e todas as partes que a gente, o quê que a gente pode exigir, o quê que a gente não



389 pode exigir numa LP, numa LI e numa LO, então eu coloco em debate essa colocação minha.
390 RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA, SINDICATO RURAL ou melhor dizendo, a FAEMG -
391 eu só quero, eu tenho uma dúvida aí, conforme foi colocado aqui, foram colocadas as
392 condicionantes, foram especificadas que elas seriam atendidas na ocasião da LI, se elas constam
393 dessa forma, nós vamos evidentemente aprovar a LP, quer dizer, o empreendedor já está pré
394 certificado, pré ciente de que ao pleitear a LI, ele já deverá incluir essas condicionantes, atender
395 essas condicionantes, por isso que eu acho que não há problema nenhum de constar conforme
396 está aí, pelo que estou vendo aqui, cada uma está sendo citadas e lá na frente a observação, por
397 ocasião da LI, você está entendendo, então eu não vejo inconveniência nenhuma já constar desde
398 que seja especificado que a exigência será na LI. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
399 RODRIGUES, FIEMG – é, o que eu quero colocar, porque, a condicionante, se ela não for
400 cumprida ele perde aquela licença e aqui não é a fase que pode ser cobrada dele, que é na licença
401 de instalação, porque tudo está referendo à instalação daquele empreendimento, então em
402 momento algum ele não vai cumprir nenhuma dessas aqui na LP, e ele pode ser penalizado por
403 isso e perder a licença prévia dele, então o problema legal é essa, ele não vai cumprir nenhuma
404 dessas aqui na LP, porque não justifica, não tem correlação nenhuma com a licença prévia, tudo
405 que está sendo correlatado, então isso tudo tem que ser analisado na LI, então essas
406 condicionantes, se não estiver agraciado dentro do PCA, aí na hora que nós formos votar a LI aí
407 a gente coloca essas condicionantes, se já estiver dentro do PCA a equipe técnica vai ver, nós
408 vamos simplesmente referendar isso lá na LI, porque se ele não cumprir isso daqui na LI, ele vai
409 paralisar as obras, ele vai sofrer sanção por não estar sendo cumprida essa LI, vai ser autuado em
410 multa e tem tudo mais, então, é meio delicado isso. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO,
411 MOV. PRÓ RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI - eu talvez seja a mais nova conselheira
412 aqui, é vivendo e aprendendo, eu já vivi bastante e ainda tem mais um pouquinho pra viver, eu
413 fico assim surpresa porque, qual seria a base legal que impediria que essas condicionantes, já que
414 elas são necessárias, importantes que elas fossem apresentadas agora para serem cumpridas
415 posteriormente, eu acho, olha, isso é raciocínio de dona de casa que convive todo dia com a coisa
416 prática, eu acho isso meio contra-censo, não? MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
417 RODRIGUES, FIEMG - é, o problema é o burocrático do Estado, o próprio Estado coloca essa
418 forma de condição, que tem as certas condicionantes da LP, tem as condicionantes da LI e tem as
419 condicionantes da LO, então tem tudo, a hora de ser cobrado, então a cobrança aqui, disso daqui,
420 não tem jeito de ser cobrado na LP, então provavelmente na hora que a equipe técnica ler isso
421 aqui vai falar, não, ele não está cumprindo nada, nós temos que autuar ele porque ele não está
422 cumprindo, mas não é a fase, aí a empresa entra com recurso e ganha todos. ALICE LORENTZ
423 DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – não, eu entendo
424 essa preocupação burocrática, mas se é um contra-censo e deveria ser diferente, cabe a nós
425 tentarmos mudar isso né. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – o que
426 a gente pode tentar aqui nesse caso é passar essas condicionantes que a Waleska coloca como
427 sugestão lá na frente de LI. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ RIO



428 TODOS OS SANTOS E MUCURI – sim, com certeza. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
429 RODRIGUES, FIEMG – mas a gente não consegue votar elas aqui agora. ANDREIA, SUPRAM
430 LESTE – na verdade, esta é uma forma até de facilitar o nosso trabalho, porque infelizmente, na
431 verdade é assim, quando a gente detecta que vai haver um determinado impacto sendo social ou
432 físico ou biótico, a gente tem que prever também uma medida, só que não cabe agora, porque a
433 medida, o programa, ele vai ser aplicado no período de instalação né, e depois vão ter programas
434 que vão ser aplicados no período de operação, então não compete pedir agora né, que no caso foi
435 o questionamento da senhora e também não deixar de pedir agora pra formalização, o quê que
436 vai acontecer, eles não vão apresentar de forma detalhada, que é o que a gente quer e depois vão
437 ter que pedir isso como informação complementar, aí fica mais seis meses, um ano esse processo
438 parado até que o empreendedor consiga elaborar esses programas, são programas complicados,
439 demandas de profissionais habilitados, verba, então a gente já pede até pra prevenir, entendeu?
440 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – então eu gostaria de fazer uma
441 sugestão, aproveitando essa colocação da técnica, a gente não votar isso daqui como
442 condicionante e passar isso como sugestão pro empreendedor pra ficar atento porque é aquilo
443 que eu falo, ela não cabe como condicionante de LP, você mesmo me acabou de falar Andréia,
444 que você não tem condição de LP analisar isso, a não ser na instalação, e nós estamos discutindo,
445 nós demos uma licença prévia e não de instalação. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES,
446 UNIVALE – mas se for por esse pensamento, a gente não vai conseguir colocar mais nenhuma
447 condicionante de agora pra frente. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES,
448 FIEMG – consegue, consegue Waleska, porque tem as fases certas pra gente entrar com
449 condicionantes, se eu entro com uma condicionante de LP, de LI em LP, nós vamos, ela não vai
450 conseguir, ela vai cair todas, porque olha aqui, apresentar de forma detalhada, ele já tem que
451 apresentar isso na formalização da LI dele e tudo, então isso daqui vai como um documento para
452 empreendedor sugestão, e já eles ficarem atentos, caso não seja contemplado esse detalhamento,
453 já entrar eles mesmos sugerindo como condicionantes na LI, porque lá na LI que eles vão ter
454 condições de analisar isso, não na LP, na LP já tem as condicionantes que vocês tinham
455 colocados e que nós acabamos de agraciar todas né, então aquelas que eles colocaram é que cabe
456 na LP e não na LI, não na LP né, e sim na LI. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES,
457 UNIVALE – então fica aqui o meu protesto, porque eu não concordo com o que você falou.
458 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – isso é igual eu falei, isso é
459 questões burocráticas, jurídicas, que nós não vamos, eles vão barrar todas, o jurídico aqui vai
460 falar, ele não está cumprindo nenhuma, na hora que ele não cumprir nenhuma, eles vão autuar a
461 empresa em 15 condicionantes, isso aí dá mais ou menos 150 mil reais se eu não me engano e
462 cancela a licença prévia deles, de uma obrigação deles lá em LI. ALICE LORENTZ DE FARIA
463 GODINHO, MOV. PRÓ RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI - eu peço a palavra Marco
464 Antônio, eu concordo com a Waleska colocando ainda observação, é burocracia e a gente tem
465 que mudar isso, simplificar. ELISA COSTA, PREFEITA DE VALADARES – eu queria só fazer
466 uma observação, porque eu acho que sugestão, conselheiro Marco Antônio, não tem força nem



467 de negociar e muito menos fazer o que é cumprir o papel da condicionante, então assim, eu acho
468 que nessa fase, se nós estamos apresentando um conjunto de propostas e que pode ter o acordo
469 aqui dos conselheiros do COPAM, deveria entrar sim como condicionante mesmo que a etapa
470 seja adiante, seja LI, porque ai eu acho que já incorporamos um projeto já assimilado e de
471 concordância todos aqui para ser cumprido na etapa seguinte, eu gostaria que a gente trabalhasse
472 nessa perspectiva, tá. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – então eu
473 vou fazer, reformular então minha colocação, que seja condicionante de LI e não de LP né, seja
474 incorporado como condicionante de LI, isso nós já votamos anteriormente aqui, você não pode
475 colocar como LP. ANDREIA, SUPRAM LESTE – mas como que eu vou pedir pra ele entregar
476 isso na LI se eu preciso desse estudo pra fazer o parecer da LI, então por isso que a gente pede na
477 formalização, para o empreendedor não vai fazer diferença, muito pelo contrário, pra ele é até
478 uma previsão, ele tem tempo de trabalhar isso durante esses quatro anos da LP. MARCO
479 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG - – sim, eu só estou sugerindo, eu não
480 estou mandando, eu só informei, Andréia, a parte burocrática que pode acontecer esses
481 problemas todos, a gente sabe disso, mas eu vou colocar em votação aqui e os conselheiros
482 decidem se cabe como condicionantes de LP, eu só estou alertando a parte burocrática e legal,
483 que a parte legal ela enterra todo processo técnico, eu só estou alertando a isso, só colocando,
484 mas a decisão é do Conselho, o Conselho é paritário, ele é democrático, ele está aqui é pra isso,
485 eu só estou alertando, eu não estou querendo coagir ninguém nem forçar pra vocês isso, eu só fiz
486 uma explanação sobre o assunto, perfeito? Qual, tinha algum conselheiro? FRANKLIM
487 OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – Marco Antônio, eu acho que do jeito que está
488 colocado aqui, eu acho que está adequado, porque na verdade a condicionante estabelece uma
489 medida e um prazo em que esta medida tem que ser cumprida e o fato desse prazo estar sendo
490 colocado aqui exatamente no processo de licença de instalação, na formalização do processo de
491 licença de instalação, ele funciona como lembrete né, eu acho que nesse aspecto ele não causa
492 impacto imediato para o empreendedor, tá certo, porque ele tem esse prazo pra cumprir até a
493 formalização do processo de licença de implantação, certo. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI
494 DINIZ RODRIGUES, FIEMG – ok, como eu sugiro aqui, igual vocês sempre colocam naquela
495 coluna, ele pode vir como LP, condicionante LP e escrito lá na frente o prazo na formalização da
496 LI, aí sim nós cobrimos a parte legal lá mas ele estar como LP aí ele realmente derrubaria tudo,
497 mas na formalização da LI, o prazo, certo, isso tudo aqui, apresentar todos esses estudos que está
498 sendo sugerido, vocês lá no prazo colocar na formalização da LI. PAULO, SUPRAM LESTE -
499 na verdade a gente está falando a mesma coisa, a idéia de colocar essas condicionantes na LP,
500 com o prazo na formalização da LI, só isso. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
501 RODRIGUES, FIEMG – sim, sim, beleza. PEDRO EDSON BATISTA, FETAEMG – essa
502 proposta, ela é ideal, porque que é ideal ela entrar agora, pra evitar que na hora que vier com a LI
503 a gente estar colocando isso dentro, aí nós estamos adiantando o processo e estamos adiantando
504 o lado do empreendedor também né, nós estamos orientando ele pra isso, pra evitar né, tantas
505 condicionantes dentro de um processo. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES,



506 FIEMG – só lembrando ao jurídico de colocar a proposta da prefeita Elisa como mais uma
507 condicionante que não está aqui, sim, você já colocou? A tá, então a sugestão do jurídico aqui
508 quer que eu leia proposta por proposta e que a gente vote uma a uma, se todos concordarem que
509 aí todos tomam ciência caso não recorrem. Então a primeira proposta é: apresentar o protocolo
510 de plano de assistência social básico no Conselho de Assistência Estadual de Minas Gerais na
511 formalização do processo de licença de instalação, em votação, permaneçam como estão, é a sua
512 proposta. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – não Marco Antônio, você
513 está confundindo aí, dá licença, essas condicionantes que você está lendo são as condicionantes
514 propostas do processo original, as condicionantes que eu estou propondo como, pois é, eu li aqui,
515 é porque não chegou ainda aí, está no meu parecer, o que você está lendo aí é o processo da
516 SUPRAM. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – estou com algumas
517 aqui, sua aqui também. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – a
518 condicionante que eu propus é um programa de monitoramento de plantas aquáticas, tá, é essa a
519 condicionante, na formalização do processo da licença de instalação, essa é uma, a segunda.
520 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – espera aí, deixa ele anotar
521 primeiro aqui. Já anotou a primeira, você está com elas todas anotadas aí Waleska? WALESKA
522 BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – sim, a segunda vou ler de novo, é a construção de
523 um CRAS ou CETAS para apoio nas atividades de resgate e reintrodução fauna silvestre, essa é
524 a segunda condicionante, a terceira condicionante foi a que Prefeita propôs, são essas três. E a
525 moção depois no final, são duas. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG
526 – você já redigiu a moção, porque aí a gente aproveita e já coloca ela em votação também, logo
527 depois das três condicionantes. É, eu vou pedir novamente Waleska, houve uma dispersão aqui,
528 que você leia novamente os três, e eu vou colocar aqui, os três não, os dois né, e eu vou colocar
529 aqui o terceiro da Prefeita também. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – a
530 primeira proposta é o programa de monitoramento de plantas aquáticas na formalização do
531 processo da licença de instalação, a segunda é a construção de um CRAS para as atividades de
532 resgate e reintrodução de fauna silvestre. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES,
533 FIEMG – certo, e a outra é elaboração de projetos e construção de infra-estrutura turística com
534 equipamentos de lazer e turismo na região do distrito de Santo Antônio do Porto, ouvindo a
535 comunidade local, coloco em votação as três condicionantes, aqueles que concordam
536 permaneçam como estão, APROVADO as três. É, a moção já está redigida? WALESKA
537 BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – não, a moção seria um estudo do efeito da
538 sobreposição dos empreendimentos hidrelétricos, e a segunda moção seria a solicitação de um
539 curso para os conselheiros sobre os tipos de licenças e quando entrar com essas licenças.
540 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – eu coloco em votação também
541 essas duas moções da conselheira Waleska, aqueles que concordam permaneçam como estão, só
542 um momento, por favor, não coloquei em votação não, conselheiro Humberto quer se manifestar.
543 HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE – é uma dúvida, a moção pra quem realizar o estudo?
544 WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – seria no caso aí, como o Dr. Dorgival



545 falou, o próprio Estado. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG –
546 Secretaria de Meio Ambiente, então coloco em votação as duas moções, aqueles que concordam
547 permaneçam como estão, APROVADO. Como a Dra. Zuleika chegou, vou passar os trabalhos
548 para ela e obrigado pela atenção de todos e vou voltar para o meu lugar. ZULEIKA S.
549 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – muito obrigada conselheiro pelo apoio aí, boa tarde a
550 todos e a todas, desculpem o atraso, foi uma questão não prevista, o voo que ia sair às 08:50 da
551 manhã, saiu às 11:00 de Belo Horizonte, fez duas tentativas de pousar em Valadares mas não
552 conseguiu, eu fui parar em Ipatinga, né conselheiro Humberto, nós viemos de ônibus de lá até
553 aqui e chegamos nesse momento. Bom, vamos retornar então, pelo que fui informada, houve
554 uma antecipação do item 5.1, voltaremos então, pois não, ELISA COSTA, PREFEITAS DE
555 VALADARES – pessoal, estou pedindo licença a Zuleika e a vocês pra me retirar, como também
556 o presidente do Comitê não conseguiu chegar, prefeito de Colatina, o Leonardo, eu vou conduzir
557 a parte da tarde o Comitê da Bacia a partir de agora as 15:00, então eu peço pra retirar e agradeço
558 e boa tarde a todos, muito obrigada. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – boa
559 tarde Dra. Elisa. Bem, voltamos então ao item 4, não é isso? **4. Processo Administrativo para**
560 **exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação – “Concedida ad**
561 **referendum”**: **4.1 SPE Barra da Paciência Energia S.A. / Linhas de transmissão de energia**
562 **elétrica – Gonzaga/MG – PA/COPAM/Nº 00123/1999/004/2009 – Classe 3 – Apresentação:**
563 **SUPRAM Leste Mineiro.** Em discussão. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
564 RODRIGUES, FIEMG – eu tenho dúvidas em algumas, em duas condicionantes, queria ver com
565 o corpo técnico. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – a equipe da SUPRAM, por
566 favor. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – a condicionante 7
567 apresentar as planilhas detalhadas do valor de referência do empreendimento ao IEF GECAM
568 para estabelecimento de compensação ambiental, conforme decreto 45/175, 60 dias após a
569 publicação da licença de instalação, segundo o próprio decreto né, o artigo 11 caberá ao
570 empreendedor procurar o GECAM, para cumprimento da compensação, é, compensação
571 ambiental, ele cabe à SUPRAM Central, então eu queria saber o porque que ele está sendo
572 colocado como condicionante aqui pra gente discutir, compensação ambiental a gente não
573 discute em regional não, tem uma Câmara somente pra compensação, eu queria que vocês
574 tirassem a minha dúvida nisso, na 7, apresentar as planilhas, essas planilhas elas tem que ser
575 apresentadas na Câmara de Compensação Ambiental, a não ser que mudou isso agora. WESLEI,
576 SUPRAM LM – a Compensação Ambiental, conforme o decreto 45/175, nós fazemos a planilha
577 do cálculo do valor de referência né, valor de referência não, desculpe, simplesmente o fator que
578 vai compor a multiplicação do valor de referência, essa planilha do valor de referência, ela tem
579 que ser elaborada pelo empreendedor informando os custos de implantação e tudo mais e
580 apresentada ao IEF e GECAM, até por uma questão, isso, até por uma questão, conforme está no
581 decreto, a gente tem que trazer isso junto do parecer único né, e tem que ser feito antes, vamos
582 dizer assim, da próximas fase da licença de operação né, então a gente solicita ele que apresente
583 isso, porque, é porque na verdade faz parte do nosso. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ



584 RODRIGUES, FIEMG – era realmente só pra tirar, ficou uma dúvida minha aqui, é só sobre essa
585 mesmo. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – é uma solicitação de
586 informação aqui no caso, é que aqui ele fala na página 18 um projeto de resgate da flora e
587 especifica ali as epífitas, aí ele fala assim, projeto de resgate da flora consiste em coletar epífitas
588 nos fragmentos florestais a serem suprimidos e realocar pra fragmentos florestais de entorno, eu
589 gostaria de saber porque que ele especificou só as epífitas e não chamou atenção para o resgate
590 da flora como um todo, das herbáceas, das arbustivas, das alianas e só especificou epífitas,
591 porque isso, não tem razão de ser só epífitas, não sei, eu gostaria só de um entendimento.
592 WESLEI, SUPRAM LM – ela propôs esse programa em função daquilo que vai ser suprimido na
593 faixa de servidão que na verdade não vai ser toda a área da faixa de servidão né, somente algum
594 trecho da área que será suprimido, inclusive grande parte do trecho é composto de pastagens, e
595 brejos, acúmulos rochosos, então dentro do que foi inventariado e proposto no programa foi
596 simplesmente o resgate de epífitas e do será suprimido. WALESKA BRETAS ARMOND
597 MENDES, UNIVALE – tá, obrigada. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – mais
598 algum esclarecimento? Então eu vou colocar em votação, pois não, pois não, ao microfone, por
599 favor, identifique-se. ANA, REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR – boa tarde, tem na
600 condicionante nº 2 apresentar a comprovação da regularização fundiária das áreas que serão
601 atingidas pelo empreendimento ou contrato de servidão devidamente averbado junto às
602 respectivas matrículas, é, na verdade eu gostaria de ter um esclarecimento do pessoal da
603 SUPRAM que eu acredito que em vez de ler averbação, na verdade, a gente deveria ler registros
604 das matrículas, é isso mesmo? É isso, registro, porque, estou perguntando porque a gente fez um
605 levantamento da legislação e na legislação diz registro e não averbação, o caso é o seguinte, 50%
606 das áreas de servidão são inventários, são espólios, então pra gente conseguir essa averbação e
607 matrícula, a gente não consegue em tempo hábil de iniciar obra pra quando a PCH Barra da
608 Paciência vai ficar pronta, se fosse possível gostaria de pedir alteração pra gente apresentar essa
609 averbação na LO, na formalização da licença de operação, a gente apresenta os contratos de
610 servidão, a gente tem hoje 95% dos contratos já feitos e a averbação na matrícula ou registro na
611 matrícula no momento de protocolar a licença de operação. SINARA, SUPRAM LESTE – o
612 contrato de servidão ele é uma obrigação entre as partes, isso pode ser reincidido ou não, agora, a
613 averbação junto a matrícula, ela caracteriza restrição na propriedade, autorizar uma LI, na
614 instalação na propriedade sem que a restrição tenha sido efetuada, eu acho arriscado e
615 compartilhando com a opinião da nossa equipe, a gente sugere manter a condicionante do jeito
616 que ela está. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – algum conselheiro gostaria de
617 se manifestar sobre essa solicitação do empreendedor? HUMBERTO RIBEIRO MENDES,
618 SEDE - porque que não teria tempo hábil, você falou, consultou a legislação, eu não entendi.
619 ANA, REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR – na verdade, o problema é que grande
620 parte das áreas são espólios, então pra gente conseguir a matrícula de cada parte, a gente vai ter
621 que resolver a questão do inventário de cada família, então é uma coisa que a gente não consegue
622 fazer em uma semana, um mês, isso demora um bom tempo, inclusive porque a legislação hoje



623 de registro de imóvel é bem restritiva, a nossa PCH está com previsão de iniciar a operação logo
624 agora no início do ano, então fica realmente complicado da gente cumprir essa condicionante.
625 HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE – essas propriedades em espólios são a maior parte?
626 ANA, REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR – são quase 50% na área. HUMBERTO
627 RIBEIRO MENDES, SEDE – para as outras seria possível atender a condicionante? ANA,
628 REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR – não em, assim na verdade a gente estava com os
629 trabalhadores em campo mobilizados, a gente até pediu *ad referendum* da licença e quando a
630 gente se deparou com as condicionantes a gente voltou pra traz, como se diz né, porque não tem
631 condição realmente de em um mês a gente entregar essa averbação e matrícula é realmente
632 complicado, pra LO a gente consegue, mas agora pra início de obra é realmente complicado.
633 HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE – mas para as outras que não são espólios é possível
634 conseguir isso? ANA, REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR – é possível, é possível,
635 agora, a gente depende de grande parte de cartório também né, o que a gente pode combinar é
636 entregar um protocolo que entregou para o cartório, mas assim, o registro na matrícula realizado
637 foge do gerenciamento do empreendedor, porque depende também do cartório. HUMBERTO
638 RIBEIRO MENDES, SEDE – é possível algum outro tipo de acordo extra judicial que assegure
639 que o empreendedor vai fazer essa averbação quando for resolvida a questão de espólio, em
640 Patrícia? Existe algum outro mecanismo que, é, 50 % das propriedades estão em espólio né, aí
641 existe um problema de tempo pra fazer o registro das matrículas até se resolver o espólio, pra
642 50% ela consegue atender, as 50% existe algum outro mecanismo, algum acordo extra judicial
643 ou algum, sei lá. ALGUÉM DA SUPRAM - a jurídica do processo é a Dr. Sínara, então eu vou
644 passar pra ela, porque ela tem mais conhecimento do processo, ok, obrigada. SINARA,
645 SUPRAM LESTE – então, reiterando o que eu já havia falado, a restrição da propriedade, ela se
646 dá com base da servidão no registro de imóvel né, essa é a nossa opinião. ZULEIKA S.
647 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – conselheiro Humberto, eu acho que o prazo que está
648 estabelecido aqui na condicionante atende de certa forma esta questão, porque está aqui
649 estipulado, antes de qualquer intervenção em cada propriedade, ou seja, nas propriedades onde
650 esse problema não é tão relevante já pode ser feito inicialmente, é, mas o cartório, acho que não é
651 o maior impedimento na verdade, não costuma demorar tanto assim. HUMBERTO RIBEIRO
652 MENDES, SEDE – dificilmente ela vai conseguir ter um encaminhamento de obra né, vai ter
653 uma propriedade que sim, uma propriedade que não, aí duas que não, uma que não, aí isso não
654 inviabiliza nada. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – mas, realmente pra fazer
655 qualquer tipo de intervenção tem que ter né, quem sabe até pra formalizar esse processo.
656 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – o cronograma de obras suas
657 estão pra início quando, que nós estamos numa época de chuvas agora né, e pesadas pelo que a
658 gente está com previsão de chuvas até fevereiro e março, vocês estão com previsão pra começar
659 depois disso? ANA, REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR – na verdade a gente já está
660 mobilizado pra começar e aí quando vieram as condicionantes a gente desmobilizou, é, a pressa
661 nossa é tanta que a gente solicitou *ad referendum* Dr. Selley, e aí quando a gente leu a



662 condicionante falou: bom, desmobiliza porque a gente infelizmente não pode começar ainda.
663 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – mesmo assim vocês
664 começariam agora, amanhã no caso? ANA, REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR –
665 amanhã, amanhã e com mais gente em obra pra terminar mais rápido, por conta da PCH que já
666 está mais da metade pronta e, são 55 km de linha, não é uma linha rápida de se fazer, é, a gente
667 está numa situação difícil. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – a
668 minha dúvida é igual a que o Humberto tem, como é que é o cronograma dessas áreas, elas estão
669 alternadas ou elas estão em blocos, mais ou menos juntos? ANA, REPRESENTANTE DO
670 EMPREENDEDOR – olha, na verdade a gente tem de tudo, são 55 km então é, a gente tem
671 realmente de tudo, o grande problema nosso é a questão realmente de inventário e de tempo de
672 cartório, porque as vezes realmente o cartório demora muito pra fazer isso, a gente está numa
673 situação. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – o problema não é nem
674 o cartório, é igual a Doutora disse e aqui está falando a contestação sobre o espólio, alguém
675 contestou o inventário, aí acabou. ANA, REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR – aí a
676 gente não consegue, e aí assim, são muitos irmãos, tem que ter a assinatura das esposas, dos
677 cônjuges e aí é sem fim, só lembrando assim, a gente tem contratos de servidão, eles já foram
678 pagos né, as pessoas já receberam os valores dos contratos de servidão, eles são reconhecidos em
679 cartório, não são registrados na escritura, mas tem aquela autenticação das assinaturas tudo, não
680 temos nenhuma reclamação de nada, assim, já tem marcos em campo, os marcos já estão em
681 campo, o trabalho de arqueologia já foi feito, já foi finalizado, inclusive a gente já tem até o
682 parecer do IPHAN aprovando o empreendimento, então, assim a gente já foi nas áreas, as nossas
683 equipes de meio ambiente já percorreram, não tivemos problemas com proprietário algum, não
684 acredito que não tenha nenhum tipo de reclamação dessa linha porque estão sendo negociadas
685 amigavelmente, é assim, é situação de tempo realmente pra início e continuidade das obras.
686 HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE – aí eu volto, pras 50% restantes se colocar uma
687 condicionante de não apresentação na LO invalida a licença de instalação, causaria um prejuízo
688 enorme, seria possível, seria juridicamente viável? Estou tentando pensar numa solução.
689 SINARA, SUPRAM LM – você autorizar o implantação do empreendimento sem ter a
690 regularização da posse lá, a nossa é inviável. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM
691 – é, então parece que não há nenhuma alternativa de adequar a condicionante em razão desse
692 impedimento legal né, infelizmente nós vamos ter que mantê-la da forma que está né, não há
693 como alterar o prazo e nem a redação da condicionante. PEDRO EDSON BATISTA,
694 FETAEMG - gostaria de dar uma sugestão, quem sabe nós podemos chegar num acordo, através
695 das procurações de cada herdeiro, de cada proprietário solucionaria o problema não? Que
696 através, as procurações só serão assinadas, é claro que proprietário nenhum não assina sem
697 receber, então eu acho que elas poderia contemplar. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI,
698 FEAM – eu não, só a área jurídica mesmo é que pode dizer se atende, uma das sugestões que eu
699 discuti aqui foi separar em duas condicionantes, eles apresentariam a comprovação da
700 regularização a partir dos contratos que segundo eles já estão reconhecidos em cartório e uma



701 outra condicionante seria estabelecer um prazo para essa averbação, prazo um pouco mais
702 estendido, eu não sei se isso é possível do ponto de vista legal. SINARA, SUPRAM LM – a
703 preocupação é essa autorização de intervenção na propriedade sem a regularização da posse.
704 ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – é, de certa forma, vamos dizer assim, eles já
705 andaram metade do caminho né, já que tem os contratos de servidão que estão assinados, o
706 problema é que faltaria, o que ela levanta é o tempo pra resolver a questão dos espólios e fazer a
707 averbação na matrícula do imóvel né, agora, eu não sei avaliar se é possível desmembrar em
708 duas partes. SINARA, SUPRAM LM – os contratos, eles vinculam as partes, não a propriedade,
709 porque pra vincular a propriedade tem que estar escrito no registro né, essa é a nossa
710 preocupação. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – é, como
711 sugestão, da gente desmembrar isso daí das apresentadas áreas que vocês já tem a propriedade
712 né, está falando isso aqui, sim, ali é o que eu estou falando, que ali vocês colocaram como
713 englobaram ela toda, todas as áreas, eu estou falando pra dividir ali pra colocar das que eles já
714 tem e das áreas que eles ainda não tem, agora, o empreendedor, o quê que seria esse prazo, que
715 até agora ninguém viu, o quê que seria um prazo, que vocês sugeriam nesse caso, só pra gente
716 ver, que vocês é que estão ali no dia-a-dia sabendo o quê que está acontecendo, os problemas de
717 inventários, de testamento ANA, REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR – então, para os
718 inventários é realmente bem difícil de se estabelecer esse prazo, nós conversamos muito isso na
719 empresa durante esse tempo e chegamos a conclusão que seis meses seria um tempo razoável pra
720 gente apresentar essas matrículas averbadas, é um tempo que a gente colocou, mas assim,
721 depende realmente dos inventários e dos espólios. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
722 RODRIGUES, FIEMG – igual assim, igual fiz aquela pergunta, vocês começariam a obra
723 amanhã, qual é o período de cronograma seus de obras? ANA, REPRESENTANTE DO
724 EMPREENDEDOR – o nosso cronograma de obra quando a gente apresentou os estudos é um
725 ano, um ano de cronograma, mas provavelmente a gente vai fazer em menos tempo. MARCO
726 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – o quê que seria esse menos tempo. ANA,
727 REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR – acredito que em oito meses. ZULEIKA S.
728 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – tem mais dois conselheiros inscritos, só um minutinho.
729 Por favor, conselheiro. FLANKLIM OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – eu entendo
730 que a redação da condicionante está muito bem adequada porque ela está condicionando aqui
731 antes da intervenção em cada propriedade, quer dizer, esse prazo aí vai depender exatamente de
732 capacidade de negociação do empreendedor com os proprietários, com os espólios e com os
733 cartórios, quer dizer, se ele estivesse agilidade na negociação quanto mais rápido sai, então não,
734 não, eu gostaria de acompanhar o parecer aí da equipe da SUPRAM. ZULEIKA S. CHIACCHIO
735 TORQUETTI, FEAM – ok, obrigada. TENENTE JURAIR CABRAL DE LACERDA, POLÍCIA
736 AMBIENTAL – eu gostaria de saber por parte do empreendedor se algumas dessas propriedades
737 está em litígio, porque se estiver em litígio e não estiver havendo acordo, falta de acordo, vai pra
738 justiça e se for pra justiça com certeza isso em menos de um ano isso não vai sair essa decisão,
739 então tem que ficar bem claro isso aí, nós temos exemplos de outros empreendimentos que



740 iniciaram a obra e só foi, conseguiu a decisão através da justiça, então gostaria de manifestação
741 aí do empreendedor se algumas dessas propriedades se está em litígio ou não. ANA,
742 REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR – não, não que eu saiba, não tem litígio, até agora
743 não, não temos, ainda bem. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG –
744 corre algum risco? Qual que é o número de propriedades? ANA, REPRESENTANTE DO
745 EMPREENDEDOR – são 76. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG –
746 de um total de? ANA, REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR – de, são 86, mas é 86
747 áreas, 86 áreas, mas é porque tem duas áreas, algumas áreas são duas vezes do mesmo
748 proprietário, então 76 proprietários, 78 proprietários. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
749 RODRIGUES, FIEMG – de um total de? 86, 78. ANA, REPRESENTANTE DO
750 EMPREENDEDOR – é, é muita gente. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM - é
751 interessante observar que se fosse um processo apenas de LP talvez esse problema não estivesse
752 ocorrendo, mas é uma LP concomitante com a LI, então não há realmente, eu acho que não há
753 possibilidade de fazer nenhuma abertura pra mudar nem o texto da condicionante e nem o prazo
754 que foi estabelecido, ressaltando que o prazo remete a cada propriedade, então a medida que isso
755 fosse sendo conseguido, o empreendedor pode ir apresentando e aí ele tem né, o direito digamos
756 assim, de iniciar a implantação, apesar da gente entender que esse raciocínio não é aplicável tão
757 diretamente ao empreendimento desse tipo. ANA, REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR
758 – eu só gostaria de deixar registrado que nós temos os contratos de servidão todos pagos, todo
759 mundo assinou, é, então assim, foi tudo bem negociado. ZULEIKA S. CHIACCHIO
760 TORQUETTI, FEAM – isso está claro. ANA, REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR – a
761 velocidade de negociação não foi, não foi baixa assim, nós tivemos muita agilidade na
762 negociação, a grande problema é realmente essa parte cartorial de registro nas escrituras, nas
763 matrículas. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – é, mais é, isso ficou bem
764 entendido, mas segundo a equipe jurídica só isso não é suficiente para o cumprimento dos
765 requisitos legais, então eu não vejo como nós alterarmos essa condicionante pra atender de certa
766 forma a requisição do representante do empreendedor. Bem, podemos encaminhar para a
767 votação? Então os conselheiros que estão de acordo com o parecer da SUPRAM para a
768 concessão da licença prévia concomitante com licença de instalação pra SPE Barra da Paciência
769 Energia S.A. permaneçam como estão, APROVADO. O senhor quer se abster, quer manifestar
770 voto diferente, conselheiro? PEDRO EDSON BATISTA, FETAEMG – não, eu queria que a
771 senhora fizesse a colocação de novo porque você está falando da forma que está né. ZULEIKA
772 S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – sim, eu estou colocando em votação o parecer de
773 acordo com o que ele está. PEDRO EDSON BATISTA, FETAEMG – a tá, não, tranquilo,
774 confirmo meu voto. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – tá, repito, os
775 conselheiros que estão de acordo com o parecer da SUPRAM pela concessão da LP
776 concomitante com LI para o empreendimento SPE Barra da Paciência Energia S.A com as
777 condicionantes descritas, por favor, permaneçam como estão, APROVADO por unanimidade.
778 **Item 6. Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva: 6.1**



779 **Tecelagem e Tinturaria Itabira Ltda. (Ex-A & L Ind. Modas Ltda.) / Tecelagem plana e**
780 **tubular com fibras naturais e sintéticas, com acabamento – Itabira/MG – PA/COPAM/Nº**
781 **00229/1997/005/2008 – Classe 5 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro. RETORNO DE**
782 **BAIXA DE DILIGÊNCIA.** Gostaria que a equipe da SUPRAM explicasse qual é a razão da
783 diligência. LUCAS, SUPRAM LM - a diligência foi baixada pelas efluentes industriais que
784 estavam sendo lançados com tratamento primário no Rio do Peixe, aí nós fizemos um contato
785 com o empreendedor porque ele tem uma anuência do SAAE, como seria jogado no tratamento
786 de Itabira, que o empreendimento fica no município de Itabira, é, nós conseguimos a
787 documentação que foi apresentada por ele, porque existia uma tubulação que joga esse efluente
788 industrial que estava quebrada e não estava sendo lançada pros tratamentos posteriores no
789 SAAE, nós conseguimos um documento da prefeitura que dependia de negociações de, da
790 prefeitura com quem que eles iam contratar né, e eles estão com previsão de término eu acho que
791 é final de novembro, tem até a data aqui, final de novembro e início de dezembro essa tubulação,
792 então nós condicionamos, tem a carta do SAAE também, que eles já fazem a análise desse
793 tratamento primário dos efluentes, só que por enquanto ele está sendo lançado dessa forma no
794 Rio do Peixe, só que ele tem, como é uma licença de operação corretiva né, nós demos o prazo
795 pra prefeitura, que de acordo com o documento da prefeitura pra ser lançado no SAAE, que vai
796 ser daqui a dois meses, essa tubulação já está pronta e vai ser lançado já direto no SAAE com as
797 devidas análises, tem as análises apresentadas pelo SAAE, pelo empreendedor, esse efluente
798 pode ser lançado no SAAE e tem que manter de acordo com as exigências do recebimento do
799 SAAE também, então ele tem um prazo de dois meses pra prefeitura acabar essas obras, pra ele
800 começar ser lançado no SAAE esse tratamento. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI,
801 FEAM – ok, obrigada, conselheiro Marco Antônio. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
802 RODRIGUES, FIEMG – eu vi que você falou que as obras estão em andamento, essa rede é
803 separada da rede de coletor de resíduos urbanos? LUCAS, SUPRAM LM – sim. MARCO
804 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – ela é totalmente separada, é que nós já
805 tivemos um problema aqui pra traz né, que era separado e chegava num certo trecho ela juntava
806 com a rede normal e tava voltando com refluxo né. LUCAS, SUPRAM LM – tanto que o esgoto
807 dele é lançado normalmente, essa é separado e tem locais de coleta onde eles fazem as análises, o
808 SAAE só não responsabiliza pela temperatura, que isso é de responsabilidade do empreendedor,
809 nós notamos dentro do empreendimento que há o resfriamento adequado. MARCO ANTÔNIO
810 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – esse convênio já está assinado? LUCAS, SUPRAM
811 LM – está, tem o documento dele dentro do processo. CELSO, CODEMA DE ITABIRA – esse
812 lançamento que você fala é a ETE? LUCAS, SUPRAM LM – sim, é a ETE. CELSO, CODEMA
813 DE ITABIRA – a tá ok, e faz necessário fazer ligação juntamente com o lançamento de esgoto
814 não? LUCAS, SUPRAM LM – ele é lançado, não sei chega algum ponto que eles juntam, mas
815 eu acredito que não, mas são lançamentos separados, são tubulações separadas. CELSO,
816 CODEMA DE ITABIRA - são separadas mas vão se unir lá no SAAE. LUCAS, SUPRAM LM
817 – lá se unem, lá no SAAE, porque é o seguinte, a parte de esgoto é dentro do Distrito Industrial e



818 lança num único só, onde vai juntar todo esgoto do Distrito Industrial e o esgoto vai direto pra
819 tratamento e essa parte de efluente industrial sai diretamente só do empreendimento onde tem
820 essas válvulas que são abertas pra fazer análises pra ver se eles estão lançando de acordo com
821 aquilo que o SAAE exige, as exigências, no momento foi feito até as últimas análises, os
822 documentos do SAAE eles estão dentro das normas exigidas pelo SAAE. CELSO, CODEMA
823 DE ITABIRA – eu gostaria de sugerir, colocar o SAAE, na ETE do SAAE de Itabira, porque
824 pode ter um entendimento que você está lançado diretamente na rede. LUCAS, SUPRAM LM –
825 qual que é, onde que é, só pra. CELSO, CODEMA DE ITABIRA – da condicionante nº 5. só
826 sugeri colocar essa ETE pra ficar mais claro. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM
827 – eu gostaria de fazer uma sugestão nessa condicionante também, direcionadas a efluentes
828 industriais após tratamento primário para rede coletora do SAAE de Itabira e apresentar
829 documento comprobatório. LUCAS, SUPRAM LM – ok, aceito. ZULEIKA S. CHIACCHIO
830 TORQUETTI, FEAM – tá, porque o empreendedor encaminha a SUPRAM e isso fica
831 devidamente registrado no processo a interligação da rede da empresa com a rede do SAAE, mas
832 ele já tem, conforme ele disse, já tem documentos no processo do acordo feito mas eu acho que
833 vale a pena registrar a interligação também. LUCAS, SUPRAM LM – tanto que nós demos um
834 prazo de 90 dias, mas essa documentação é bom eles informarem também. ZULEIKA S.
835 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – é, o prazo máximo de 90 dias, você citou que em dois
836 meses já vai ser possível fazer a interligação das redes, então 90 dias acho que um prazo factível
837 pra que ele apresente inclusive uma comprovação dessa interligação, ok. Mais algum comentário
838 sobre esse processo? Pois não, Tenente. TENENTE JURAIR CABRAL DE LACERDA,
839 POLÍCIA AMBIENTAL – com referência aí à condicionante 6, só que fosse acrescentado aí é,
840 com piso impermeabilizado e apresenta aí piso concretado né, que deve haver algumas
841 correções, que fosse acrescentado aí apenas piso impermeabilizado. LUCAS, SUPRAM LM – é,
842 mas pode ser, mas na legislação fala piso concretado, mas se vocês solicitarem eu acho que não
843 tem tanta importância de ser impermeabilizado nessa situação. ZULEIKA S. CHIACCHIO
844 TORQUETTI, FEAM – existe algum tanque de óleo nesse local? . LUCAS, SUPRAM LM –
845 não, são só produtos, eles vão ficar sobre a madeira né, o piso de madeira e concretado em baixo,
846 porque a gente em vistoria nós notamos algumas fissuras, algumas trincas que isso pode ser
847 infiltrado mas, não acreditamos que tenha necessidade de ser impermeabilizado. ZULEIKA S.
848 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – só um minutinho, Tenente, o senhor mantém a sua
849 proposta? TENENTE JURAIR CABRAL DE LACERDA, POLÍCIA AMBIENTAL – é
850 positivo, eu gostaria que se os demais conselheiros concordasse comigo que fosse acrescentado
851 aí piso impermeabilizado. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – ok, nós
852 colocaremos em votação posteriormente. Pois não. FRANKLIM OTÁVIO COELHO
853 MENDONÇA, SEDRU – é, em relação à condicionante 6, se não há presença de óleo, então essa
854 caixa separadora de água e óleo ela vai ser inocu né, acho que deveria ser inserida aí também que
855 ela deveria ser, que esse efluente também direcionado para rede pública de coleta de esgotos, ela
856 pra tratamento primário e depois direcionada para o sistema público de esgotamento sanitário.



857 LUCAS, SUPRAM LM – há uma necessidade da caixa separadora de água e óleo, pois se
858 houver um derramamento né, tem que ser direcionado. A estação de tratamento de Itabira, ela
859 não comporta resíduos oleosos. FRANKLIM OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – sim,
860 mas você falou que não haveria presença de óleo mediante a consulta do Tenente Lacerda.
861 LUCAS, SUPRAM LM – - não, tem óleo no local, tem óleo no local e derivados de óleo, porém
862 ele vai ser armazenado, o quê que você perguntou, se não tem óleo, tem óleo. ZULEIKA S.
863 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – fui eu que perguntei se teria algum tanque de óleo, você
864 respondeu que não. LUCAS, SUPRAM LM – tanque de óleo não. ZULEIKA S. CHIACCHIO
865 TORQUETTI, FEAM – é apenas embalagens, bombonas e tambores certamente né. LUCAS,
866 SUPRAM LM – tanque de óleo não. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM –
867 conselheiro Humberto. HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE - sobre o piso
868 impermeabilizado ou concretado é, eu penso que o concretado, ele tem sentido na norma por
869 causa de um sentido lógico porque o óleo ele não percola igual água, eu estou pensando muito
870 em subestação aqui onde você tem piso concretado em baixo de equipamentos que tem óleo,
871 caso de algum problema pode vazar, se a gente começar a impermeabilizar esse negócio, você
872 tem que apresentar teste impermeabilidade, isso não tem, não é o sentido, o propósito dele não é
873 evitar a percolação de água, e sim o de óleo, o óleo é lavado e vai pras canaletas e vai pras caixas
874 separadoras no caso de ocorrer algum vazamento, eu manteria o concretado, porque senão nós
875 vamos criar um precedente pra todo equipamento que estiver uma área que possa ocorrer um
876 derramamento de óleo, aí vai posto de gasolina vai ter um monte de coisa, subestação.
877 ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – essa área também é coberta né, Lucas, é um
878 galpão. LUCAS, SUPRAM LM – é coberta, esse óleo que é utilizado e armazenado lá é só pra
879 manutenção dos equipamentos, lembrando que a caldeira dele é a lenha. ZULEIKA S.
880 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – ok. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
881 RODRIGUES, FIEMG – é um volume pequeno então. É um galpãozinho pequeno, onde além do
882 óleo ele deve guardar outras coisas lá. LUCAS, SUPRAM LM – não, lá tinha só óleo no
883 momento, é pra manutenção mesmo, são grande. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
884 RODRIGUES, FIEMG – é, se a caldeira dele é a lenha, eu acho que não justifica essa
885 impermeabilização não, se a caldeira dele fosse a óleo, aí sim, o local lá da caldeira todo
886 impermeabilizado, concretado, aqui eu acho um custo desnecessário pra ele, vai ter que quebrar
887 o piso, impermeabilizar, concretar de novo, colocar manta. HUMBERTO RIBEIRO MENDES,
888 SEDE – isso é muito trabalhoso, quando é alguma coisa que tem possibilidade de percolar, que é
889 ligado a água, aí eu concordo e defendo, mas pro óleo, eu não vejo, eu entendo a preocupação,
890 mas eu acho que aqui não é necessário, seria muito. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI,
891 FEAM – eu pergunto se existe algum representante do empreendimento que gostaria de se
892 manifestar? Não? Então vamos colocar em votação, primeiro vamos votar sobre a concessão da
893 licença corretiva e depois sobre a alteração da proposta em duas condicionantes. Os conselheiros
894 que concordam com o parecer da SUPRAM pela concessão da licença de operação corretiva para
895 Tecelagem e Tinturaria Itabira Ltda. permaneçam como estão, APROVADO. Votaremos agora a



896 alteração da condicionante nº5 que passaria a ter a seguinte redação: direcionar os efluentes
897 líquidos industriais após tratamento primário para rede coletora do SAAE de Itabira e apresentar
898 documento comprobatório, prazo 90 dias, os conselheiros que estão de acordo com essa
899 modificação da condicionante 5 permaneçam como estão, APROVADA. Na condicionante nº6
900 há uma sugestão de incluir no texto que ficaria: o galpão onde encontram-se os equipamentos de
901 geração de energia com a presença de produtos derivados de óleo apresenta piso concretado
902 devendo portanto sofrer correções, serem impermeabilizados e serem instalados canaletas
903 direcionadas aos efluentes líquidos contaminados para uma caixa separadora de água e óleo,
904 deverá ser apresentada relatório fotográfico comprovando a execução deste, ou seja, poderíamos
905 incluir aí, devendo portanto ser impermeabilizado e instalado as canaletas direcionadas dos
906 efluentes líquidos contaminados para uma caixa separadora de água e óleo pra acompanhar a
907 redação que está proposta, está claro? Não? FRANKLIM OTÁVIO COELHO MENDONÇA,
908 SEDRU – sugestão aqui, para uma caixa separadora de água e óleo e desta para o tratamento
909 primário. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – ok, então vamos ter que
910 reescrevê-la né, ok, está bom, eu acho até que a gente poderia reformatar essa condicionante e
911 começar: adequar o local de armazenamento dos equipamentos de geração de energia para
912 impermeabilização do piso, instalação de canaletas dos efluentes líquidos, caixa separadora de
913 água e óleo e direcionamento para o sistema de tratamento primário, fica bom assim? Adequar a
914 área onde encontram-se os equipamentos de geração de energia. HUMBERTO RIBEIRO
915 MENDES, SEDE – o Zuleika, como são duas sugestões de alteração eu sugeriria votar elas
916 separadamente e depois a gente rever o texto. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM
917 – ok, ficou um pouco difícil adequar melhor o texto aqui, então vamos seguir a proposta do
918 conselheiro Humberto, vamos votar primeiro sobre a exigência de fazer a impermeabilização do
919 piso de concreto conforme a sugestão do Tenente, os conselheiros que estão de acordo com a
920 sugestão do Tenente, por favor, se manifestem levantando a mão, dois votos mais o voto do
921 Tenente, então a maioria considera que não deve ser incorporada a questão da
922 impermeabilização do piso de concreto, a próxima sugestão seria incluir o encaminhamento
923 dessa rede de efluentes desse local para o sistema de tratamento primário de efluentes industriais,
924 os conselheiros que estão de acordo com a inclusão desta nova exigência, por favor, se
925 manifestem levantando a mão, 10 conselheiros estão de acordo, então fica APROVADA a
926 incorporação do encaminhamento dos efluentes pra o sistema de tratamento primário. Pra
927 acelerar aqui a nossa discussão eu sugiro que a SUPRAM faça uma nova redação mais adequada
928 enquanto a gente prossegue a pauta, você já tem aí Lucas? Ótimo, então fale. LUCAS, SUPRAM
929 LM – instalar canaletas direcionadoras dos efluentes líquidos contaminados para uma caixa
930 separadora de água e óleo e depois lançar o efluente final. ZULEIKA S. CHIACCHIO
931 TORQUETTI, FEAM – e encaminhar o efluente final. LUCAS, SUPRAM LM – apresentando
932 relatório fotográfico comprovando a execução deste, então fica. ZULEIKA S. CHIACCHIO
933 TORQUETTI, FEAM – ok, só faltou você citar a área né, onde esse sistema deve ser instalado.
934 LUCAS, SUPRAM LM – a tá, eu vou fazer e te passo, pode ser? ZULEIKA S. CHIACCHIO



935 TORQUETTI, FEAM – é melhor fazer com um pouco mais de cuidado, a gente avança um
936 pouquinho na pauta e depois a gente volta só pra leitura dessa condicionante, pode ser? Ok, pois
937 não. CELSO, CODEMA DE ITABIRA – gostaria de fazer uma pergunta pro Lucas, você está
938 fazendo uma previsão de monitoramento desse efluente para o SAAE? LUCAS, SUPRAM LM –
939 o SAAE já faz a coleta lá mensalmente, eles tem um laboratório também que faz e o SAAE exige
940 que eles envie, o SAAE não recebe esses documentos que eles não tiverem de acordo, é um
941 contrato né, então a responsabilidade de receber é do SAAE, nós colocamos uma condicionante
942 que ele tem que ser lançado na SAAE, a partir do momento que ele está lançando no SAAE, ele
943 está cumprindo de acordo que o SAAE exige. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM
944 – na verdade o ponto de monitoramento conselheiro, deve ser a própria ETE do SAAE né, o
945 efluente final da ETE, porque os parâmetros a serem cumpridos por essa empresa estão no
946 contrato com o SAAE, ok. Bom, então podemos passar adiante. **Item 6.2 Plínio Pacheco de**
947 **Oliveira – ME / Transporte rodoviário de resíduos perigosos – Classe I – Serra/ES –**
948 **PA/COPAM/Nº 20672/2008/001/2009 – Classe 3 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro.**
949 **RETORNO DE BAIXA DE DILIGÊNCIA.** Da mesma forma é um retorno de diligência, eu
950 gostaria que a equipe da SUPRAM resumisse pra nós qual foi o motivo da diligência. SINARA,
951 SUPRAM LM – na 48ª reunião, esse processo havia vindo com uma sugestão de indeferimento
952 uma vez que alguns empreendimentos não tinham certificado de regularização ambiental, porém
953 ele foi baixado em diligência pra que fosse apreciado uma documentação né, do empreendedor,
954 nós analisamos a documentação, toda via do empreendimento, nessa retificação ainda não tinha
955 regularização ambiental, o empreendedor apresentou nova documentação onde todos
956 empreendimentos já teriam regularização, então, tendo em vista a anterior decisão do conselho
957 em analisar uma documentação ainda fora do prazo e visando uma maior serenidade processual
958 nós analisamos e sugerimos o deferimento. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM –
959 em discussão. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – eu só quero
960 perguntar uma coisa em cima da condicionante 4, cumprir fielmente o roteiro itinerário de
961 viagem proposta devendo transporte ocorrer no horário diurno comparados noturnos em pontos
962 estratégicos e ambientalmente adequados e seguros, como é que vai ser feita a fiscalização disso,
963 só uma curiosidade né. MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – esse é o nosso problema.
964 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – só se a polícia rodoviária pegar
965 né, ou vocês ver um carro na estrada se acidentar fora do percurso. ZULEIKA S. CHIACCHIO
966 TORQUETTI, FEAM – é, posso fazer uma rápida explicação? Essa questão do licenciamento de
967 transporte é uma das questões mais difíceis de serem tratadas pelo SISEMA, na verdade existe
968 algumas fiscalizações esporádicas né, que o SISEMA faz, não através da SUPRAM mas através
969 do CGFAE né, pura amostragem, então se um caminhão é pego numa fiscalização e ele não
970 estiver cumprindo as condicionantes da licença e se ele não estiver licença ele pode sofrer as
971 penalidades da lei, essa licença é mais no sentido de orientar a atividade do transporte visando aí
972 reduzir as possibilidades de ocorrer acidentes com danos ambientais, exatamente, ok. Mais
973 algum comentário? Então eu coloco em votação, os conselheiros que estão de acordo com a



974 sugestão do parecer da SUPRAM pela concessão da licença de operação corretiva para Plínio
975 Pacheco de Oliveira ME permaneçam como estão, APROVADA. **6.3 Indústria de Milho**
976 **Anchieta Ltda. / Torrefação e moagem de grãos, prestação de outros serviços não citados**
977 **ou não classificados – São Domingos do Prata/MG – PA COPAM Nº 14315/2007/002/2008 –**
978 **Classe 5 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro. RETORNO DE BAIXA DE**
979 **DILIGÊNCIA.** A equipe da SUPRAM, por favor, faça um resumo da diligência. VINICIOS,
980 SUPRAM LESTE – boa tarde, é o seguinte, na última reunião surgiu uma dúvida quanto ao
981 consumo de água desse empreendimento, tinha colocado no parecer que o consumo seria apenas
982 da concessionária local 69 metros cúbicos e no parecer estava dando uma taxa de efluentes
983 sanitários diários de aproximadamente 79 metros cúbicos, é, solicitei ao empreendedor que
984 revesse os cálculos, reviu, foi concertado, agora, a taxa diária de 2760 litros diários do
985 empreendimentos, o consumo é realmente só da COPASA de em média 69 metros cúbicos
986 mensal. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – então a taxa de geração de
987 efluentes é que estava incorreta anteriormente? VINICIOS, SUPRAM LESTE – não, estava
988 errada, aí ele mudou pra 2760. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – isso, ela
989 estava incorreta no parecer anterior, na documentação anterior, ok. Mais alguma observação?
990 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – na condicionante 4 enviar à
991 SUPRAM LM declaração do corpo de bombeiros quanto à provação de projeto de prevenção e
992 comprovação de combate a incêndios do empreendimento, 90 dias, ele não tem isso não, se ele
993 não tem, ele não tem que ter alvará né? SINARA, SUPRAM LM – tem o protocolo do corpo de
994 bombeiro, na entrada dele, falta a vistoria. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
995 RODRIGUES, FIEMG – é, eu só vou dar um exemplo aqui, 90 dias pra isso é muito pouco, eu
996 passei 4 anos aqui dentro desse prédio aqui sem o corpo de bombeiros me dar a licença, por
997 causa do prédio que está aqui em cima de mim não estava adequado, eu totalmente correto aqui
998 em baixo e o prédio aqui em cima, e nós não temos contato nenhum com eles, eu acho
999 complicado, isso daqui como condicionante também, eu não estou vendo cabimento como
1000 condicionante, uma relação disso que isso é praticamente segurança e obrigação da prefeitura né,
1001 não do órgão ambiental nisso, meu ponto de vista. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI,
1002 FEAM – conselheiro, essa é uma prática que vem sendo adotada a muito tempo, anteriormente
1003 pela FEAM e agora para as SUPRAMs no intuito de exigir a comprovação da existência, da
1004 aprovação do sistema de combate a incêndios porque em algumas atividades isso torna-se
1005 relevante na medida em que se ocorrer um incêndio pode haver danos ambientais, então essa que
1006 foi sempre a nossa linha de conduta, concordo com o senhor que o prazo tem sido exigido, porque
1007 o corpo de bombeiros não está dando conta da demanda, mas é o procedimento né, que é
1008 adotado, a SUPRAM coloca da forma correta segundo orientação do SISEMA. MARCO
1009 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – sim, é porque, uma indústria de
1010 torrefação ela não tem tanta periculosidade igual uma indústria de moveis né, que aí sim causaria
1011 um reservatório de combustível, é uma torrefação né, ela vai emitir gases. ZULEIKA S.
1012 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – mas há um risco no armazenamento de grãos também.



1013 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – armazenamento de grãos
1014 também, se pegar fogo nós vamos ter uma emissão muito grande de CO2, mas nesse caso então
1015 eu estou querendo rever esse prazo, que eu sei que 90 dias ele não vai conseguir isso, eu tenho
1016 certeza absoluta, que o corpo de bombeiros não consegue dar isso pra ele em 90 dias. ZULEIKA
1017 S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – o senhor gostaria de fazer alguma sugestão?
1018 HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE – deve fazer o protocolo do pedido de. MARCO
1019 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – desde que, ele já tem o protocolo desde
1020 junho do ano passado ou desse ano? Desse ano? Então nós já temos aí mais de 90 dias.
1021 HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE – ou assim que obter, obtiver, alguma coisa assim.
1022 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – eu acho que aqui ao invés da
1023 gente colocar uma data, assim que ele receber do órgão, porque ele está, ele está preso a terceiros
1024 nesse caso e que é um órgão complicado de entregar, nós podemos colocar em vez de 90, 180
1025 dias se for o caso, que é um prazo até bem longo, se ele ver que dentro dos 180 dias o corpo de
1026 bombeiros não apresentou, ele corre a SUPRAM e pede uma renovação desse prazo da
1027 condicionante, porque eu sei que mesmo nos 180 dias eu acho difícil dele conseguir. ZULEIKA
1028 S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – ok, então o senhor faz essa sugestão. Mais alguma
1029 observação? HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE – eu sugiro o prazo assim que de posse
1030 dela, que for emitida. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – aí fica em aberta né,
1031 conselheiro, pode demorar, pode inclusive extrapolar o prazo de validade da própria licença
1032 infelizmente, então fica complicado né. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES,
1033 FIEMG – é o que eu falei, se ele está vendo que chegou lá perto dos 180 dias, faltando um mês
1034 ele não está conseguindo, ele volta à SUPRAM e pede uma prorrogação de condicionante e até
1035 ver que dia que sai, é uma proposta. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – mais
1036 algum comentário? Podemos colocar em votação? Então colocando primeiro a licença de
1037 operação corretiva em apreciação, os conselheiros que estão de acordo com o parecer da
1038 SUPRAM que sugere a concessão da LO Corretiva para Indústria de Milho Anchieta Ltda. nos
1039 termos do parecer permaneçam como estão, APROVADA. Colocando agora em votação a
1040 alteração do prazo sugerido para a condicionante nº 4 que é enviar à SUPRAM Leste Mineiro
1041 declaração do corpo de bombeiros quanto a aprovação do projeto de prevenção e combate de
1042 incêndios do empreendimento, a sugestão é que o prazo seja alterado para 180 dias, os
1043 conselheiros que estão de acordo com essa modificação por favor manifestem-se levantando a
1044 mão, 12 votos, fica então APROVADA a alteração do prazo da condicionante nº 4. Com relação
1045 a condicionante nº 6 da Tecelagem Itabira, fazer a leitura aqui proposta pela equipe da
1046 SUPRAM, adequar o galpão onde encontram-se os equipamentos de geração de energia com o
1047 piso concretado e canaletas direcionadas à caixa separadora de água e óleo sendo este, sendo o
1048 efluente final lançado para o sistema de tratamento primário, deverá ser apresentado relatório
1049 fotográfico comprovando a execução deste, prazo 6 meses, os conselheiros estão de acordo com
1050 essa redação? Ok, então fica APROVADA a alteração conforme. Bom passamos então ao item 7
1051 **Processo Administrativo para exame de Licença Prévia: 7.1 Carmoliveira Serviços Ltda. /**



1052 **Lavanderias industriais com tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas,**
1053 **peças do vestuário e artefatos diversos de tecidos – Santana do Paraíso/MG –**
1054 **PA/COPAM/Nº 07231/2008/001/2008 – Classe 3 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro.**
1055 Em discussão. Não havendo nenhuma manifestação sobre o processo, coloco em votação, os
1056 conselheiros que estão de acordo com o parecer da SUPRAM pela concessão da licença prévia
1057 para Carmoliveira Serviços Ltda. permaneçam como estão, APROVADA. **Item 8. Processo**
1058 **Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:**
1059 **8.1 Vale S.A CVRD – Mina Cauê – Serra do Esmeril / Estocagem de produtos químicos em**
1060 **geral; fabricação de explosivos e detonantes – Itabira/MG – PA/COPAM/Nº**
1061 **00119/1986/092/2009 – Classe 3 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro.** Em discussão. A
1062 técnica Janaína da SUPRAM pede destaque. JANAINA MELO, SUPRAM LM – eu queria pedir
1063 alteração na primeira página, localizados em unidade de conservação, é zona de amortecimento e
1064 não de uso sustentável como está marcado. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM –
1065 ok, ficou claro pra todos os conselheiros? Na primeira página do parecer, uma correção no
1066 preenchimento ai do parecer de uso sustentável para zona de amortecimento, registrado, em
1067 discussão os termos do parecer. Pergunto se a representante do empreendimento gostaria de fazer
1068 alguma observação. Então vamos colocar em votação, pois não. CELSO, CODEMA DE
1069 ITABIRA – como parte interessada no empreendimento gostaria de abster meu voto. ZULEIKA
1070 S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – ok, já está registrado, os conselheiros que estão de
1071 acordo com o parecer da SUPRAM que recomenda a concessão da licença prévia concomitante
1072 com a licença de instalação para Vale S.A. CVRD Mina Cauê – Serra do Esmeril / Estocagem de
1073 produtos químicos em geral; fabricação de explosivos e detonantes permaneçam como estão,
1074 APROVADA. **Item 9 Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação**
1075 **Corretiva: 9.1 Ajax Performances Centrais Hidrelétricas SPE Ltda. – CGH São José /**
1076 **Barragem de geração de energia hidrelétrica – Ferros/MG – PA/COPAM/Nº**
1077 **16932/2008/001/2009 – Classe 3 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro.** Em discussão.
1078 PEDRO EDSON BATISTA, FETAEMG – eu gostaria de pedir vistas desse processo, tem
1079 algumas coisas dentro dele que eu tenho dúvidas, eu gostaria de estudar melhor. ZULEIKA S.
1080 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – ok, fica concedida então o pedido de vistas, lembrando ao
1081 conselheiro que ele deverá encaminhar o seu relatório até 10 dias antes da próxima reunião, que
1082 está marcada para dia 24 de novembro, ok. Dia 10, oh, **item 10 Processo Administrativo para**
1083 **exame de Licença de Operação: 10.1 Antares Reciclagem Ltda. / Reciclagem ou**
1084 **regeneração de produtos químicos – Governador Valadares/MG – PA/COPAM/Nº**
1085 **15523/2008/002/2009 – Classe 5 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro.** Em discussão.
1086 WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – solicitação de informação aos
1087 técnicos da SUPRAM, por favor. Esse empreendimento ele fala de reciclagem de produtos
1088 químicos como soda caustica, hidróxido de alumínio e reciclagem de ácido sulfúrico, ele vai
1089 estar instalado dentro do empreendimento da Tudor né, pelo que eu entendi né, e lá cita que se
1090 houver, por exemplo, um vazamento ou um derramamento de produto químico, esse material vai



1091 ser carreado para estação de tratamento de efluentes da Tudor, só questão de esclarecimento,
1092 essa estação de tratamento de efluentes da Tudor, ela é licenciada? FRANCIELE, SUPRAM LM
1093 - a empresa possui licença. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – sim, é
1094 específico pra Tudor né, mas para, é que eu vi lá, capacidade desse empreendimento de 15
1095 toneladas por dia essa estação de tratamento da Tudor ela suportaria um aumento, uma demanda
1096 maior de produtos como esse? Ela não foi feita pra capacidade da Tudor, do implemento da
1097 Tudor, acrescentaria mais um empreendimento para essa estação de tratamento? Essa questão é
1098 de capacidade né, da estação de tratamento de efluentes. FRANCIELE, SUPRAM LM – a
1099 empresa apresentou um estudo do acréscimo desses efluentes na estação de tratamento da Tudor,
1100 e a Tudor apresentou uma declaração anuindo, concordando que esses efluentes fossem lançados
1101 na estação de tratamento que comporta. REPRESENTANTE DA EMPRESA - um
1102 esclarecimento meu é o seguinte, a estação de efluentes, a estação de tratamento ela trataria
1103 aquilo que fosse derramado, lá é reciclagem né, certo? WALESKA BRETAS ARMOND
1104 MENDES, UNIVALE – eu entendi, eu estou falando assim, se por um acaso houvesse uma
1105 necessidade, porque a estação, ela foi projetada pra Tudor, como implemento de uma outra
1106 atividade no mesmo espaço, se houver a necessidade, caberia pra essa emergência, que seria o
1107 caso, a minha dúvida era só essa. Que no momento que você faz, você faz a extração, a estação
1108 para aquela demanda específica ali né, você vai estar colocando o empreendimento anexado na
1109 mesma área pra utilizar quando necessário daquela estação, só a minha dúvida era só essa, se ela
1110 tem capacidade pra absorver essa emergência. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI,
1111 FEAM – parece que o empreendedor solicita a palavra. Por favor, identifique-se. ALMIR
1112 TRINDADE, ENGENHEIRO AMBIENTAL – Waleska, essa unidade, URA que a gente chama
1113 de unidade de reciclagem de ácido, ela vai aliviar a unidade de tratamento da Tudor, porque,
1114 porque anteriormente no projeto da Tudor todos os efluentes gerados era direcionados a ETE da
1115 Tudor, ou seja, todos os ácidos, todos os efluentes gerados em outros setores, com a URA todos
1116 esses ácidos que ela voltava pra empresa na forma de baterias usadas, ele passa a ser reciclado,
1117 então esses 15 metros cúbicos produzidos diariamente, eles deixam de ir para a estação e deixam
1118 de ser neutralizados, então um resíduo se transforma em produto, então ele deixa de ser tratado
1119 de e se transforma em produto pra ser utilizado numa outra atividade, então essa URA ela está
1120 sendo, ela está aliviando a estação da Tudor em 15 toneladas por dia. WALESKA BRETAS
1121 ARMOND MENDES, UNIVALE – muito obrigada pela informação e a gente até né, fica até
1122 aliviada né, porque a gente, essa informação eu não consegui perceber lá no processo, obrigada
1123 Almir. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – eu também gostaria de tirar uma
1124 dúvida, com relação aos resíduos sólidos há um comentário aqui que as bombonas serão
1125 descontaminadas na ETE da Tudor, como é que vai funcionar isso, não existe geração de
1126 resíduos sólidos por esse empreendimento que está dentro dessa outra empresa, essa pequena
1127 reciclagem? FRANCIELE, SUPRAM LM – elas serão lavadas né, e o efluente líquido que vai
1128 ser pra ETE e essas bombonas vão ser entregues pra Tudor pra reciclagem. ZULEIKA S.
1129 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – então eu acho que o termo mais correto seria as lavagens,



1130 as bombonas seriam lavadas, porque descontaminadas pressupõe um processo bem mais
1131 sofisticado, complexo né, eu acho que, por isso que eu pedi esclarecimento né, as bombonas dos
1132 produtos químicos serão lavadas e os efluentes serão encaminhados para a ETE, é isso? ok. Mais
1133 alguma observação? Então colocaremos em votação, os conselheiros que estão de acordo com a
1134 sugestão do parecer da SUPRAM pela concessão da licença de instalação, licença de operação
1135 para Antares Reciclagem Ltda. nos termos do parecer permaneçam como estão, APROVADO.
1136 **Item 11. Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva: 11.1**
1137 **Ribeiro de Sá e Filhos Ltda. / Postos revendedores – Caratinga/MG – PA/COPAM/Nº**
1138 **03567/2001/001/2008 – Classe 3 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro.** Em discussão.
1139 Não havendo nenhuma consideração, eu coloco em votação, os conselheiros que estão de acordo
1140 com o parecer da SUPRAM pela concessão da LO Corretiva para Ribeiro de Sá e Filhos Ltda.
1141 permaneçam como estão, APROVADO. **11.2 Beneficiamento e Reciclagem Collares Ltda. /**
1142 **Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 – Não Especificados – João**
1143 **Monlevade/MG – PA/COPAM/Nº 00014/2001/003/2009 – Classe 3 – Apresentação:**
1144 **SUPRAM Leste Mineiro.** Em discussão. Não havendo considerações eu coloco em votação, os
1145 conselheiros que estão de acordo com o parecer da SUPRAM pela concessão da LO Corretiva
1146 para Beneficiamento e Reciclagem Collares Ltda permaneçam como estão, APROVADO. **11.3**
1147 **Montplam Engenharia Ltda. / Fabricação de Estruturas Metálicas e Artefatos de**
1148 **Trefilados – João Monlevade/MG – PA/COPAM/Nº 03255/2009/001/2009 – Classe 3 –**
1149 **Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro.** Em discussão. Não havendo comentários eu coloco
1150 em votação, os conselheiros que acompanham o parecer da SUPRAM pela concessão da LO
1151 Corretiva pra Montplam Engenharia Ltda. permaneçam como estão. O senhor é representante?
1152 Ok, então voltaremos atrás do processo de votação, para abrir a palavra para o representante do
1153 empreendimento, por favor, identifique-se ao microfone. SÉRGIO, MONTPLAM
1154 ENGENHARIA – boa tarde a todos, eu queria fazer um questionamento aos técnicos da
1155 SUPRAM sobre, implantar sistema de drenagem, no item 5 das condicionantes, essa drenagem
1156 seria onde especificamente? MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – no entorno do
1157 empreendimento, é drenagem pluvial. SÉRGIO, MONTPLAM ENGENHARIA – é, vou seguir
1158 por item aqui, no item 1, esse prazo de 120 dias ele é meio insuficiente porque depende de
1159 aquisição de equipamentos pra fazer a exaustão da câmara de pintura esse prazo aí precisava que
1160 fosse pelo menos 210 dias, a gente queria pedir uma alteração nesse prazo, no item 4 instalar
1161 mecanismos e/ou eliminação de emissão de fungos provenientes da etapa de cortes, não existe
1162 esse mecanismo, o nosso processo de trabalho é só da encorte que gera fungos metálicos e não
1163 tem hoje no mercado um outro processo que possa ser substituído pra esse trabalho, é uso de
1164 maçaricos e máquinas de solda. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – o senhor
1165 faz o monitoramento da qualidade do ar interna da empresa? SÉRGIO, MONTPLAM
1166 ENGENHARIA - é um galpão aberto e os operadores usam máscaras, usam os EPIs necessários
1167 conforme a legislação trabalhista e o galpão é aberto, é uma área arejada e não tem como eu
1168 substituir essa equipamento. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – ok, mais



1169 alguma observação da sua parte? SÉRGIO, MONTPLAM ENGENHARIA – com relação ao
1170 item 8, adequar o pátio de estocagem e matéria-prima e produto final com piso impermeável,
1171 sistema de drenagem conforme norma de ABNT, é um pátio onde fica estocados, chapas, tubos,
1172 peças prontas, peças metálicas, seria realmente necessário pavimentar isso, seria hoje uma área
1173 de 4000 metros quadrados, ou seja, isso vai gerar um custo alto e eu vou jogar a água, em vez
1174 dela infiltrar na terra e ir para lençol, ela vai correr pras encostas, pra rua, ou pra algum ponto eu
1175 queria um esclarecimento se realmente há uma necessidade nessa área de estocagem, na área
1176 onde está atuando, onde o pessoal está fazendo a fabricação concordo, tem que ser, já é um piso
1177 cimentado, agora a área de estocagem de matéria-prima que é tubos, cantoneiras, perfis, chapas,
1178 eu queria um esclarecimento. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – mas essa área
1179 hoje não possui nenhum tipo de piso? SÉRGIO, MONTPLAM ENGENHARIA – não, hoje não.
1180 ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – é na terra bruta? SÉRGIO, MONTPLAM
1181 ENGENHARIA – é no solo. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – no solo?
1182 MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – não só estrutura metálica, mas também tem veículos,
1183 maquinários pesados lá que pode até haver até derramamento de óleo. ZULEIKA S.
1184 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – mais alguma observação, senhor, da sua parte com
1185 relação as condicionantes? SÉRGIO, MONTPLAM ENGENHARIA – não, era só. Você está
1186 falando por causa dos veículos. MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – sim, também os
1187 veículos. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – bom, são alterações relevantes nas
1188 condicionantes propostas né, eu pergunto aos conselheiros se é pertinente passarmos a discussão
1189 de uma por uma ou se os senhores acham mais convenientes que o processo seja baixado em
1190 diligência pra que o empreendedor possa questionar formalmente à SUPRAM apresentando suas
1191 justificativas sobre essas condicionantes. SÉRGIO, MONTPLAM ENGENHARIA – presidente,
1192 seria basicamente um prazos de execução e é claro o item 4 que eu não tenho como instalar um
1193 mecanismo. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – ok, então vamos passar a
1194 discussão de cada uma tá. Bom com relação ao 1 o senhor pede a extensão do prazo de 120 para
1195 210 dias, não é isso? SÉRGIO, MONTPLAM ENGENHARIA – ok. ZULEIKA S. CHIACCHIO
1196 TORQUETTI, FEAM – a equipe da SUPRAM acha viável? Ok. Na condicionante nº 4 que diz
1197 respeito a mecanismo de minimização de eliminação de emissão de fumos da etapa de oxicorte
1198 das estruturas metálicas, do ponto de vista técnico eu conheço um pouco essa atividade, eu
1199 também concordo com o empreendedor, é complicado, não há como fazer isso, ainda mais se é
1200 uma área aberta, a proteção seria mesmo uso de EPIs pelos funcionários, então a proposta,
1201 sugestão que eu faço é substituir isso por uma medição da qualidade do ar, esporadicamente no
1202 ambiente interno só pra comprovar que ele está atendendo aí os parâmetros da legislação do
1203 ministério do trabalho pra que a gente possa fazer uma avaliação posterior. FRANKLIM
1204 OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – ainda mais que a condicionante 3 prevê, adequar
1205 o galpão de produção com sistema de ventilação exaustora, que eu acho que é uma medida
1206 mitigadora pra essa geração dos gases, mais eficiente, e acrescentar talvez aí a questão do
1207 monitoramento dos gases. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – é, porque esses



1208 tipos de emissões fugitivas né, realmente há uma dificuldade em controlá-las, então através do
1209 monitoramento interno, do ambiente interno a gente tem o indicador se isso está afetando alguma
1210 coisa no ambiente externo. FRANKLIM OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – é uma
1211 outra observação feita aqui pelo conselheiro Humberto, nós temos duas condicionantes nº 3
1212 também no parecer. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – é um erro de
1213 numeração aí, né, elas não são iguais, só estão enumeradas com nº 3. MARIA APARECIDA,
1214 SUPRAM LM – e no prazo também está 120 meses as duas, a nº 2 e a nº 3, mas é 120 dias.
1215 ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – esse prazo está ótimo né. MARIA
1216 APARECIDA, SUPRAM LM – com certeza. FRANKLIM OTÁVIO COELHO MENDONÇA,
1217 SEDRU – a condicionante 2 também são 120 meses. MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – é
1218 a 2 e a 3. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – olha, a revisão aí está, os
1219 conselheiros não estão deixando passar em. bom, então a proposta do empreendedor, depois a
1220 gente mexe na numeração, mas seria eliminar a condicionante nº 4 né, que diz respeito a
1221 eliminação dos fumos da etapa oxicorte, essa que é a sua proposta., e a outra observação do
1222 empreendedor seria com relação a necessidade de impermeabilização do piso do pátio de
1223 estocagem de matéria-prima com uma impermeabilização né, já que há aí uma questão de
1224 trânsitos de veículos né, sinceramente eu também já vi recobrimento com britas nesse tipo de
1225 atividade, impermeabilização eu realmente não conheço, eu acho que talvez, ou fazer um
1226 cimentado, concreto simples talvez, atende, num atende? MARIA APARECIDA, SUPRAM LM
1227 – esse nº 4, instalar mecanismo de minimização pro oxicorte existe sim, pro processo de solda
1228 que não, existe a bandeja com água que o fumo na hora da emissão, entendeu, mas existe
1229 mecanismo sim. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – mas não é um sistema de
1230 controle da emissão, né, há um controle da minimização. MARIA APARECIDA, SUPRAM LM
1231 – só o particulado que cai e forma a lama né. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM
1232 – então podemos colocar nessa forma mais específico né, a instalação de bandejas aí para a etapa
1233 de oxicorte pra ficar mais específico porque senão realmente, instalar mecanismos, que tipo de
1234 mecanismo, fica complicado pra ele tentar cumprir. WALESKA BRETAS ARMOND
1235 MENDES, UNIVALE – deixa eu perguntar uma coisa aqui, tirar uma dúvida por favor, quando
1236 ele falou que o galpão era, que os funcionários tinham todo o EPI e que a galpão era aberto né, é
1237 o galpão de produção que é aberto? Então como é que você vai colocar uma, um sistema de
1238 ventilação exaustora num galpão aberto? É, acho que, você vai, num galpão aberto? .
1239 FRANKLIM OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU - você pode instalar isso próximos aos
1240 pontos de geração dos fumos e dos gases, você faz essa coleta pontual mesmo que ele sendo
1241 aberto, você direciona, você consegue captar e de certa forma direcionar esses gases para um
1242 sistema de tratamento pra infiltração. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE –
1243 a tá, é que eu não tinha entendido se era aberto como é que você vai colocar um sistema numa
1244 área que está toda aberta. . FRANKLIM OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – sim, mas
1245 você, dependendo do, nós não temos acesso às informações aqui, mas dependendo da quantidade
1246 de gases gerados você teria né, com o galpão aberto a contaminação do ambiente externo,



1247 direcionamento desses gases pra outros locais. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES,
1248 UNIVALE – esse sistema de exaustor é pontual. . FRANKLIM OTÁVIO COELHO
1249 MENDONÇA, SEDRU – é pontual, seria a coleta pontual né. próximos aos pontos de geração.
1250 SÉRGIO, MONTPLAM ENGENHARIA - este que é um dos problemas nosso, porque não é
1251 uma fabricação em série, uma fabricação localizada, então o corte e a solda ele é feito em vários
1252 pontos dentro do galpão de acordo com a montagem do equipamento, não são fabricação de
1253 peças em séries, não tem aquele local específico, por isso o galpão é aberto, fechar o galpão,
1254 daria pra fechar, outro problema de ventilação próximo ao processo de solda pra quem aqui
1255 conhece sabe que atrapalha, dá pólo na solda, a solda não fica eficiente. FRANKLIM OTÁVIO
1256 COELHO MENDONÇA, SEDRU – mas não seria ventilação, seria exaustão. SÉRGIO,
1257 MONTPLAM ENGENHARIA – é, mas estaria jogando o ar pra outro lado, em algum outro
1258 ponto. . FRANKLIM OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – estaria succionando, aí você
1259 consegue dimensionar esses exaustores com equipamentos de controle, pra você determinar a
1260 velocidade adequada da captação desses gases. HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE – mas
1261 o galpão dele é aberto, e aí a instalação do sistema de exaustão, eu vou fechar pra jogar pra lá,
1262 sendo que aberto ele vai ter uma difusão, eu estou, eu não estou vendo eficiência disso.
1263 ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – equipe da SUPRAM, o galpão é totalmente
1264 aberto? . MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – é as laterais, é a frente e uma lateral.
1265 ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – ele é aberto lateralmente. MARIA
1266 APARECIDA, SUPRAM LM – exato. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM –
1267 bem, então é possível instalar sim. FRANKLIM OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU –
1268 eu entendo que nós não vamos dar aqui a solução técnica, eu acho que nós estamos apresentando
1269 alguns questionamentos até dentro deste processo pra esclarecer a condicionante e a partir daí
1270 cabe ao empreendedor exatamente contratar um projeto que vai definir a solução técnica mais
1271 adequada. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – o senhor está corretíssimo
1272 conselheiro. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – não seria interessante
1273 alterar essa condicionante pra ele elaborar um projeto de sistema de exaustão ou viabilizar algum
1274 estudo pra isso, pra realmente ver a necessidade de implementar esse sistema de exaustão?
1275 FRANKLIM OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – eu acho que no primeiro momento
1276 exatamente é a caracterização desses gases, a quantidade gerada e a partir daí a definição por um
1277 especialista dessa necessidade, eu acho que tem que ser por aí. ZULEIKA S. CHIACCHIO
1278 TORQUETTI, FEAM – bem, é vamos. HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE – então é
1279 antes ainda do projeto, como disse bem o Franklim aqui, contratar um estudo pra avaliar a
1280 emissão, o impacto e a necessidade de instalar algum sistema de dispersão disso, de exaustão e
1281 experção. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – então isso, a proposta do
1282 conselheiro é que isso então substituiria a primeira condicionante, nº 3 e a condicionante nº 4?
1283 FRANKLIM OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – a técnica citou uma outra maneira
1284 de, a instalação da bandeja né, exatamente pra minimizar a emissão de fumos, eu acho que
1285 deveria ser um projeto que abrangesse toda essa questão dos gases, dos tratamentos dos gases, do



1286 processo de produção ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – então nessa linha
1287 mesmo, substituindo as condicionantes 3 e 4, seria apresentar um estudo para minimização da
1288 emissão de fumos e outras emissões no galpão de produção para a avaliação da implantação do
1289 sistema de ventilação exaustora, conforme a norma da ABNT. FRANKLIM OTÁVIO COELHO
1290 MENDONÇA, SEDRU – é isso, exatamente. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM
1291 – esse sistema de drenagem que está descrita aí na primeira condicionante nº3 refere-se a quê?
1292 MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – à drenagem do galpão. ZULEIKA S. CHIACCHIO
1293 TORQUETTI, FEAM – drenagem de efluentes líquidos? MARIA APARECIDA, SUPRAM LM
1294 – sim. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – mas que tipo de efluente líquido que
1295 é gerado, tem lavagem de piso lá? MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – no momento da
1296 vistoria tinha água, tem compressor. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – água
1297 de chuva? MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – não, água de lavagem. ZULEIKA S.
1298 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – água de lavagem? MARIA APARECIDA, SUPRAM LM
1299 – exato, e água de chuva também, o galpão é aberto nas laterais. ZULEIKA S. CHIACCHIO
1300 TORQUETTI, FEAM – então eu acho que nós podemos dividir em duas condicionantes, uma
1301 que diz respeito ao sistema do controle dos fumos e emissões atmosféricas e outro que diz
1302 respeito ao sistema de drenagem interna, na área do galpão industrial, acho que fica mais fácil
1303 depois de acompanhamento. Senhores conselheiros, eu estou achando muito complicado votar,
1304 fazer essas alterações nesse processo aqui dessa forma, eu acho que existem algumas dúvidas,
1305 não está muito bem esclarecido aqui não, eu proponho que esse processo seja baixado em
1306 diligência pra essas adequações, até pra que as condicionantes possam vir mais bem definidas,
1307 com os prazos corretos, estabelecidos, e aí eu acho que até o empreendedor terá oportunidade de
1308 se reunir com a equipe e discutir essas adequações que são necessárias, eu acho mais produtivo
1309 porque nós estaremos aprovando aqui uma coisa um pouco, com nível de insegurança um tanto
1310 quanto alto né, na minha opinião. Eu gostaria então de encaminhar essa proposta de diligência,
1311 algum conselheiro tem algum ponto contrário a essa diligência? PEDRO EDSON BATISTA,
1312 FETAEMG – eu entendo o seguinte né, que essa preocupação nós ficaríamos com ela né, porque
1313 nós não somos técnicos pra poder arranjar o galpão pra ele né, então eu acho que a sua proposta
1314 ela seria ideal, dá mais prazo, qualquer coisa que nós fizer aqui, eu acho que nós estamos assim,
1315 fazendo uma coisa meio avoada, e aí com a sua proposta eu acharia que na próxima trouxesse
1316 uma coisa mais detalhada que pra nós ficaria melhor ter mais certeza do nosso voto, é isso,
1317 obrigado. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – sim, ok, mais algum comentário?
1318 MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – só mais uma colocação, é nessa terceira, adequação do
1319 galpão, inclusive está no PCA dele como essa ventilação com o sistema exaustor. ZULEIKA S.
1320 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – é, mas eu acho que mesmo assim cabe fazer uma
1321 adequação dessas condicionantes, já que o empreendedor tem algumas solicitações aí a fazer,
1322 acho que nós teremos mais condição de julgar melhor o processo após a diligência, ok, então fica
1323 baixado em diligência pra que vocês possam fazer essa revisão junto com o empreendedor e
1324 trazer na próxima reunião, ok, obrigada. **Item 12. Processos Administrativos para exame de**



1325 **Revalidação de Licença de Operação: 12.1 Vamtec Vamcoستر Tecnosider S.A (Ex-**
1326 **Vamcoستر Minas Insumos Siderúrgicos) / Metalurgia do pó, inclusive peças moldadas –**
1327 **Timóteo/MG – PA/COPAM/Nº 00188/1992/011/2009 – Classe 3 – Apresentação: SUPRAM**
1328 **Leste Mineiro.** Em discussão. Não havendo nenhuma manifestação, eu coloco em votação, os
1329 conselheiros que estão de acordo com o parecer da SUPRAM pela revalidação da licença de
1330 operação pra Vamtec Vamcoستر Tecnosider S.A permaneçam como estão, APROVADA. **12.2**
1331 **Construtora Ápia Ltda. / Usinas de produção de concreto asfáltico – Ipatinga/MG –**
1332 **PA/COPAM/Nº 00135/1987/003/2009 – Classe 3 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro.**
1333 Em discussão. pois não, identifique-se ao microfone. NELSON, EMPREENDEDOR – eu, lendo
1334 o corpo técnico, eu gostaria de alguns esclarecimentos, em princípio nós estamos de acordo com
1335 todo o processo, só duas pequenas atualizações, gostaria de submeter a apreciação de vocês. Na
1336 página 6, medidas mitigadoras, a empresa realiza medição semestral das emissões, a nossa
1337 licença anterior tratava anual, e porque anual? O nosso período produtivo realmente são seis
1338 meses, ele é basicamente do período de junho até setembro, evidentemente a unidade industrial
1339 produz concreto betuminoso no período chuvoso mas, de acordo com as normas das empresas
1340 que nos prestam serviços de controle, monitoramento ambiental do ar, eu preciso de usinagem da
1341 ordem de 4 a 5 hora e nesse período nós não temos nem demanda, quando o período chuvoso
1342 permite nós não temos a demanda necessária pra que se faça uma leitura eficaz, então pra nós
1343 continuar semestral não tem problema, mas eu acho que, eu estou só querendo evitar
1344 justificativas como nos últimos 2, 3 anos, nós nem fizemos esse trabalho porque nós não
1345 tínhamos demanda para qualificar o monitoramento, esse ano nós fizemos, até trouxe aqui,
1346 depois vou encaminhar pra vocês, que nós tivemos demandas de junho até setembro agora que
1347 justificasse, quer dizer, que permitisse fazer esse trabalho adequadamente, então se o corpo
1348 técnico puder rever isso, é uma questão de aplicabilidade mesmo, não é questão de contestar a
1349 periodicidade da condicionante que virá em consequência dessa colocação aqui de ser semestral.
1350 HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE – então a sua proposta é alterar a condicionante nº1,
1351 não é isso? NELSON, EMPREENDEDOR – - é, ser anual. ZULEIKA S. CHIACCHIO
1352 TORQUETTI, FEAM – na verdade não é alterar a condicionante, é alterar a frequência de
1353 monitoramento das emissões atmosféricas conforme o item dois do anexo dois, de semestral para
1354 anual, não é isso? O senhor disse o senhor trabalha em produção máxima durante cerca de 4, 5
1355 meses. NELSON, EMPREENDEDOR – é, a produção dessa, asfalto com chuva não combina né,
1356 a execução dele, então todos os nossos contratantes, nossos contratos normalmente eles são a
1357 partir de abril, maio, até setembro, no período chuvoso o quê que se faz quando as condições
1358 atmosféricas permitem, tapas buracos, pequenos volumes e essa empresa, eu não tenho uma
1359 seqüência produtiva de 4, 5 horas mínimas exigidas pelas empresas que fazem esse tipo de
1360 trabalho de monitoramento pra nós, é muito picado, você carrega um caminhão 8 horas da
1361 manhã, outro 11 horas, então você não consegue colocar unidade operando pra fazer o trabalho.
1362 ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – esse empreendimento ele encontra-se em
1363 área urbana, peri-urbana, qual que é a área? MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – é rural,



1364 inserida dentro da APA Ipanema. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – área
1365 rural? Algum conselheiro tem alguma sugestão? MARIA APARECIDA, SUPRAM LM - o
1366 problema é como que a gente vai garantir que ele não vai estar funcionando nesse período que
1367 ele está falando, o controle que é difícil. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – o
1368 controle que, a medição que fica prejudicada né, eu gostaria de sugerir então que mantivéssemos
1369 duas amostragens por ano no período de alta produção, ou seja, entre abril e setembro. NELSON,
1370 EMPREENDEDOR – perfeito, pra nós não tem problemas, eu quero evitar justificativas, mas se
1371 assim for, se eu puder, se eu não tiver produção evidentemente não haverá isso, posso trabalhar
1372 desse jeito? ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – atende dessa forma, duas
1373 medições, que aí ficaria em vês de ser semestral mudaríamos a frequência, duas medições no
1374 período de alta produção, ok. Pode ser? Mais alguma observação? NELSON,
1375 EMPREENDEDOR – ok, pode ser, mais alguma sim, bom, por ocasião da visita que o corpo
1376 técnico fez, eles presenciaram uma situação que não é usual pra nós, tanto que nós tratamos ela
1377 não como não conformidade no nosso sistema de gestão de qualidade e assim já estamos
1378 tratando, e ela, a observação desse fato originou condicionantes pra frente né, a lavagem de
1379 veículos, nós não podemos fazer isso lá, não fazemos, até porque temos o escritório fora da área
1380 com as instalações devidas para lavagem de equipamentos né, e desde a sua visita quando vocês
1381 colocaram isso dessa forma, a gente vem tratando como não conformidade né, também podemos
1382 fazer todas as condicionantes que estão aqui, mas independente disso nós não permitimos, não
1383 vamos continuar, não é local pra lavagem de caminhões, por exemplo, nem era essa intenção,
1384 talvez eu não vi, vocês viram, eu não contesto evidente né, mas não é aplicável e estamos
1385 tratando, abrimos um plano de ação no nosso sistema de gestão de qualidade pra tratar essa não
1386 conformidade, então queria apreciação de vocês sobre essa ótica, não é permitido lá, nós não
1387 vamos permitir, já não estamos permitindo, não sei porque, você imagina a dor de cabeça que
1388 isso dá dentro do nosso sistema de gestão de qualidade um ato desse tipo né, então a lavagem de
1389 veículos, caminhões não faz parte da atividade dentro da usina, embora tenha sido observado por
1390 vocês lá. MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – aí fica o impasse, que no momento da vistoria
1391 foi constatado lavagem, tem um estacionamento, tem uma área de estacionamento e com
1392 lavagem de veículos, gera efluente oleoso, resíduo oleoso. ZULEIKA S. CHIACCHIO
1393 TORQUETTI, FEAM – na documentação que foi apresentada tem alguma informação sobre
1394 lavagem de veículos? MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – não. ZULEIKA S. CHIACCHIO
1395 TORQUETTI, FEAM – não tem. MARIA APARECIDA, SUPRAM LM – não. ZULEIKA S.
1396 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – é, aí. NELSON, EMPREENDEDOR – eu peço a palavra
1397 só pra completar, veja bem, eu poço até construir tudo que está solicitado aqui, mas
1398 independente disso nós não vamos fazer essa atividade lá porque não nos interessa esse tipo de
1399 coisa lá. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – ok, só que essa informação que o
1400 senhor está prestando nesse momento, ela não está devidamente registrada no processo, então eu
1401 sugiro um tratamento diferenciado, nós mantemos essa condicionante e depois o senhor faz uma
1402 manifestação formal a SUPRAM, documental se comprometendo a não realizar a lavagem de



1403 veículos lá no empreendimento, portanto pedindo a exclusão da condicionante nº 2, porque há
1404 uma constatação em vistoria registrada de que havia lavagem, por isso mesmo o parecer toca
1405 nesta questão, então pra que fique formalmente colocado, o senhor deverá prestar uma
1406 informação para ser agregada ao processo né, porque, não estou desconfiando da sua palavra,
1407 mas nós temos que seguir aqui os ritos do processo e dar segurança né, pra votação dos
1408 conselheiros e pra equipe técnica que analisou a documentação e fez a fiscalização, então a
1409 proposta seria mantê-la e depois o senhor encaminharia então inclusive indicando qual é a
1410 alternativa que o senhor encontrou pra fazer essa lavagem dos veículos né. NELSON,
1411 EMPREENDEDOR – a nossa alternativa. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM –
1412 só um minutinho, por favor, que ele vai trocar a fita. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI,
1413 FEAM – ok, por favor, pode fazer a sua consideração. NELSON, EMPREENDEDOR – ok,
1414 estou satisfeito, muito obrigado. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – ok, mais
1415 alguma observação? Equipe da SUPRAM? Não? Então vamos colocar primeiramente em
1416 votação o processo e depois a questão da condicionante do monitoramento das emissões. Os
1417 conselheiros que estão de acordo com a revalidação da licença de operação da Construtora Ápia
1418 Ltda. conforme o parecer da SUPRAM permaneçam como estão APROVADO. Os conselheiros
1419 que concordam com a alteração da frequência de monitoramento das emissões atmosféricas
1420 estabelecidas no anexo 2 do parecer, item 2 de semestral para duas vezes por ano no período de
1421 alta produção permaneçam como estão, APROVADA também. Pois não. FRANKLIM OTÁVIO
1422 COELHO MENDONÇA, SEDRU – no período, citar aquele período que ele falou como período
1423 de alta produção também, entre os meses de março a setembro.. ZULEIKA S. CHIACCHIO
1424 TORQUETTI, FEAM – ok, fica melhor mesmo, retificando, fica duas vezes por ano no período
1425 de alta produção entre abril e setembro, entre os meses de abril e setembro. Ok, o pessoal da
1426 SUPRAM anotou? Bem, com isso então chegamos ao fim da votação dos processos, já que o
1427 item 13 já foi abordado, seguimos então para o **item 14 assuntos gerais, a palavra está aberta**
1428 **aos conselheiros**. Maria Helena está pedindo a palavra. MARIA HELENA, SUPRAM LESTE -
1429 boa tarde senhores conselheiros, é com muita honra que nós estamos convocando-os para a 50º
1430 reunião que vai acontecer no dia 24 de novembro, fazemos questão que todos estejam presentes e
1431 se possível que venham os suplentes também, porque vai ser uma reunião festiva, é, suplente do
1432 suplente também né, nossa conselheira Zuleika também já está convocada e nós vamos
1433 homenagear o conselheiro mais frequente, conselheiro mais antigo, então é interessante que
1434 todos estejam aqui pra celebrar este momento tão importante, são 50 reuniões, 50 oportunidades
1435 que a SEMAD teve de mostrar né, teve para mostrar o comprometimento com a missão e com a
1436 visão da SEMAD, então nós gostaríamos de celebrar essa 50º reunião com todos vocês, titulares,
1437 suplentes, suplentes de suplentes, se puderem tragam aqueles que vocês entendam que vão fazer
1438 né, vão gostar de fazer parte dessa reunião, estejam convidados e convocados, muito obrigada.
1439 ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – obrigada Maria Helena, depois dessa
1440 convocação feita por você vai ser difícil não comparecer. Mais algum assunto? Por favor,
1441 conselheiro. ALICE, MOVIMENTO PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – eu gostaria



1442 de falar aos presentes a respeito da reclamação que existe entre os ambientalistas, eu não sei o
1443 que está acontecendo, entre os ambientalistas é de que dentro do sistema de meio ambiente do
1444 Estado de Minas Gerais, o nosso calcanhar de Aquiles é sem dúvida o licenciamento ambiental,
1445 eu concordo, acho que a gente precisa sim de aprimoramento no nosso sistema de licenciamento
1446 ambiental e eu vou acabar me tornando uma pessoa excessivamente repetitiva a hora que eu
1447 pegar no microfone vocês vão me tomar e não deixar que eu fale mais, mas eu já tinha colocado
1448 aqui em uma reunião anterior que às vezes o licenciamento ambiental em Minas Gerais, e eu
1449 descobri que não só em Minas Gerais é quase um licenciamento pra ingleses ver na visão da
1450 Sociedade Civil, eu pertenço a uma Organização Não Governamental, nós temos dentro dessa
1451 Organização pessoas capacitadas, nós temos engenheiro florestal, temos agrônomos, temos
1452 mineradores, mas essas pessoas quando se formam, elas se tornam profissionais, elas estão
1453 dando assessorias, elas são consultoras, portanto elas não podem participar do conselho, sobra
1454 então a representação de nós outros que não temos essa capacidade que nos torne perfeitamente
1455 aptos como eu veja aqui uma Waleska, como eu vejo Marco Antônio, e tantos outros de vocês
1456 com uma capacitação enorme pra discutir todos esses assuntos, eu perguntei em uma reunião
1457 anterior também aos conselheiros presentes, qual deles poderiam me responder, que tem, se
1458 lembra disso, que tem conhecimento de todos os assuntos que são discutidos numa determinada
1459 reunião, nenhum deles me respondeu, ninguém tem o conhecimento total, a outra proposta que
1460 eu fiz em torno disso foi a seguinte, já que nenhum conselheiro tem o conhecimento total a
1461 respeito dos assuntos que aqui são discutidos porque que não nos sobraria um tempo suficiente já
1462 que a reunião, as reuniões são na parte da tarde, que nos fosse permitida no período da manhã,
1463 por exemplo, ou um pouco antes da reunião um espaço pra discutirmos com os pareceristas a
1464 respeito das nossas dúvidas, que nós tivéssemos conhecimentos a respeito disso, esse foi o
1465 primeiro ponto que eu coloquei, o segundo ponto é o seguinte: nós temos aqui representantes dos
1466 empreendedores da melhor qualidade, que sabem tudo a respeito do assunto que vem aqui
1467 defender, temos o pessoal do governo que também tem que ter conhecimento a respeito dos
1468 assuntos que vão discutir aqui, e eu reparei que são às vezes equipes diferentes tratando de
1469 assuntos diferentes, e a sociedade civil fica como? Nós não temos condição, por exemplo, o
1470 Marco Antônio, se tem uma reunião, desculpa eu te utilizar viu Marco Antônio, o Marco
1471 Antônio, se tem uma reunião que tem um assunto específico que é de interesse dos
1472 empreendedores, ele vai se debruçar sobre aquilo porque isso é o trabalho, é a obrigação dele, o
1473 pessoal do governo, da mesma maneira, a sociedade civil gente, precisa sim estar aqui, precisa
1474 saber o quê que está acontecendo, precisa tomar conhecimento e também emitir o seu, a sua
1475 opinião a respeito daquilo que está sendo licenciado, além do mais nós trazemos dos locais onde
1476 a gente milita, os problemas e as situações adversas que a gente enfrenta e nós não temos tempo,
1477 infelizmente somos todos voluntários, temos que sobreviver, menos eu viu gente, que já estou
1478 aposentada, e que sou uma das poucas vagabundas que tem lá na região, segundo Fernando
1479 Henrique, mas nós realmente não temos tempo de sentar na frente do computador e ficar ali nos
1480 debruçando em cima de todo esse material que é ventilado pra nós, eu pedi aqui que a sociedade



1481 civil quando ela se interessasse ou pedisse, que esse material nos fosse enviado pelo correio,
1482 porque, olha, ontem eu estava no aeroporto em Belo Horizonte e fiquei duas horas esperando o
1483 voou sair, ao meu lado tinha uma professora universitária de Juiz de Fora com todo o trabalho
1484 dela, examinando os trabalhos dos alunos enquanto ela estava esperando o voou, eu fiquei
1485 fazendo palavra cruzada, se eu estivesse lá o material em mãos eu poderia estar muito mais bem
1486 informada sobre os assuntos que hoje estão sendo discutidos aqui, e, não achem graça não, eu
1487 levaria pro banheiro, é pro banheiro, é pra cama, é pra esperar numa rodoviária ou numa viagem
1488 de ônibus, é gasto pro estado? É sim, mas nós estamos aqui fazendo papel de Funcionário do
1489 Estado com a responsabilidade de Funcionário do Estado, gastando dinheiro do nosso bolso e
1490 muitas vezes poupando que o Estado contrate funcionários pra fazer o papel que a gente vem
1491 aqui fazer voluntariamente, então eu repito o meu pedido, que nos seja dada a oportunidade de
1492 um espaço pra discutir com os pareceristas as nossas dúvidas, que esse material nos seja enviado
1493 com uma certa antecedência pra que a gente possa estudar isso, e uma outra coisa é que essa
1494 capacitação que a Waleska pediu, que pra nós é essencial e tem uma outra coisa também que nós
1495 estamos com um problema muito sério com relação aos nossos rios e eu tenho visto em algumas
1496 reuniões, em alguns licenciamentos de deposição de lançamento de efluentes nos nossos rios em
1497 que não há um estudo de como que a varzante, esse lançamento, não há um balanço hídricos das
1498 condições de depuração dos rios, isso também é necessário que se faça, é importante que os
1499 pareceristas ao analisarem essas questões de recursos hídricos, eles estejam também profundos,
1500 eu acredito que estejam capacitados, mas profundamente capacitados sobre a legislação de
1501 recursos hídricos e pedir ao Estado que agilize os enquadramentos porque o enquadramento de
1502 um determinado rio é que vai nos dar parâmetros pra saber o quê que pode ser lançado nesse
1503 curso d'água, então os planos de Bacia também são essenciais para que a gente faça um
1504 licenciamento adequado dentro de uma determinada Bacia Hidrográfica, a outra queixa enorme
1505 de todas as reuniões em que a gente participa é a respeito da fiscalização, nós fazemos aqui um
1506 licenciamento, o licenciamento está pronto, o empreendedor vai embora, e a fiscalização como é
1507 que fica? Está acontecendo mesmo o cumprimento das condicionantes? Alguém vai lá verificar?
1508 Essa é uma pergunta muito séria, eu acredito, a outra coisa e aí já é em nome do empreendedor,
1509 aí eu já falo em favor do empreendedor, às vezes o ritual de licenciamento é muito burocrático e
1510 poderia, quem sabe, sem permissividade ser simplificado, eu vejo pessoal que vem, às vezes, lá
1511 da minha região pedir licenciamento aqui e vem e volta duas, três vezes gastando dinheiro e
1512 muita gente não vem e deixa de pedir o licenciamento dado a burocracia que cerca todo o
1513 processo, eu não posso especificar, eu estou repassando aqui uma queixa do empreendedor, que
1514 o sistema de licenciamento sem nenhuma permissividade seja talvez mais simplificado e a
1515 fiscalização que é essencial e voltando aqui naquela fala da Waleska é a análise integrada da
1516 implantação de PCHs em determinadas regiões, gente, isso é uma bomba relógio que está pra
1517 estourar nas mãos da gente, a responsabilidade da gente é enorme, nós estamos sim tratando do
1518 futuro, o meu não, mas de vocês e dos filhos de vocês com certeza, então vamos ter mais
1519 seriedade, mais empenho e vamos brigar mais por isso, obrigada se eu me delonguei um pouco,



1520 eu tinha isso tudo anotadinho, mas esqueci e fiz aqui, então fica por isso mesmo, muito obrigada.
1521 WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – primeiramente quero agradecer D.
1522 Alice né, pela fala, mas uma das coisas que eu chamo atenção é em relação aos pareceres que
1523 sempre quando a gente tem dúvidas, sempre quando a gente tem algum questionamento a gente
1524 vai lá na SUPRAM, o pessoal técnico lá, a corpo técnico lá está sempre à disposição pra tirar
1525 dúvidas, pra reunião, pra comentar alguma coisa, nesse sentido assim a gente é muito bem
1526 assessorado por eles, outra coisa que você questiona Alice, é o seguinte, nas primeiras reuniões,
1527 das reuniões que a gente recebia os processos, a gente tinha um grupo de estudo, era o Afonso,
1528 era eu, o João do IBAMA, e mais uma pessoa que eu não lembro aqui, a gente assentava uns dias
1529 antes né, Marquinho, a gente trocava informações, pegava os processos, lia juntos, tirava
1530 dúvidas, estuda, um recorria ao outro pra ver o quê que tinha ali, sempre trabalhou nesse sentido,
1531 acho que é por isso que a gente tem assim, uma facilidade maior, mais era um trabalho feito em
1532 conjunto com os conselheiros que depois a gente possa até mesmo reativar isso, trocar idéias, se
1533 alguém tem dúvidas pedir vista a um processo, solicita um acompanhamento, uma ajuda, que lá
1534 na UNIVALE por exemplo quando eu tenho dúvida eu recorro aos outros professores da área,
1535 então assim, a gente está sempre instrumentalizado, e fica aqui o agradecimento, Alice, pelo
1536 apóia à minha solicitação né, da análise integrada e do curso também que eu acho que a gente
1537 precisa realmente estar ciente, está por dentro quando entrar com solicitação, quando colocar as
1538 condicionantes de acordo com cada licença que de vez enquanto a gente tem dúvidas nesse
1539 processo tá, obrigada. PEDRO EDSON BATISTA, FETAMG – é, às vezes em alguns pontos eu
1540 concordo com a nossa companheira, mas tem alguns pontos que eu acho que é fundamental,
1541 quando ao entendimento que nós fazemos o trabalho do governo, eu acho que eu faço o trabalho
1542 da minha classe, da minha categoria, da onde eu represento, eu me sinto muito feliz de estar aqui,
1543 só que eu poço dar uma contribuição, se houvesse fiscal do estado que não houvesse necessidade
1544 de eu não estar aqui, eu não teria como contribuir, eu teria que engolir a bucha que ele me desse
1545 pra comer né, e eu estando aqui é diferente, eu estou contribuindo com a minha categoria,
1546 quando vocês fala nas PCH eu tenho uma preocupação muito grande, que realmente é
1547 complicado, eu não sei porque tanta PCH e quando você fala na fiscalização, da minha categoria
1548 eu fiscalizo, até então nós temos um problema muito sério aí com a Baguari aí porque atinge os
1549 nossos trabalhadores rurais, aonde eles não foram todos contemplados 100% e aí onde teve
1550 vários questionamento, Coroaci vai ter quatro barragens, todo mês eu estou reunindo com os
1551 nossos trabalhadores pra poder ver a forma, negociar a forma né, não é impedir o
1552 empreendimento, mas impedir que eles vem a ter prejuízos, ser deslocados de qualquer forma,
1553 isso a gente está aí, então eu acho que, outro ponto é a gente iniciar a reunião do COPAM de
1554 manhã pra nós tirar dúvidas, eu acho que esses processos se nós ficar reunidos dez dias nós não
1555 consegue tirar as dúvidas ainda né, e outra, é as demandas da gente, pra gente estar aqui às 13:30
1556 num dia de semana, eu como tenho uma agenda cheia igual eu tenho, não é fácil não né, mas é as
1557 criatividade, as sugestões eu acho que elas são importantes né, então obrigados vocês, é isso que
1558 eu queria colocar. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ ROGRIGUES, FIEMG – eu vejo todo



1559 mundo muito preocupado com as PCHs, com geração de energia, mas infelizmente se nós não
1560 tivermos geração de energia nós não vamos ter desenvolvimento nunca, essa região aqui carece
1561 muito de desenvolvimento, nós estamos numa região muito pobre do, se nós falarmos aqui de
1562 Valadares pra cima, é uma região de carece de bons empreendimentos pra gerar empregos e
1563 manter a pessoa na terra, capacitação e outras coisas mais, então a minha preocupação é quando
1564 eu escuto o governo federal falar de termoeletrica, aí sim eu me preocupo, eu não me preocupo
1565 muito com a hidrelétrica não porque é energia limpa né, a gente não está emitindo gases, a gente
1566 não está emitindo nada usando o curso hídrico e os processos a cada momento que entram novas
1567 PCHs ou UHEs eles estão vindo com melhor qualidade, preocupação, corpo técnico, a gente vê
1568 que está melhorando a cada dia as suas análises, os empreendedores também estão preocupados e
1569 é um processo que está todo mundo aprendendo no dia-a-dia, então a minha preocupação é uma
1570 energia nuclear, uma energia de termoeletrica que gera emissões perigosas na nossa atmosfera,
1571 agora, uma energia de hidrelétrica, ela não permite, praticamente zero, então a gente tem que ter
1572 um cuidado, será que aquele rio realmente vai ter essa sustentabilidade de água pra gerar energia,
1573 mas isso nós temos o corpo técnico da SUPRAM, de todas as SUPRAM's que vão analisar isso
1574 adequadamente, acredito que eles não vão deixar chegar alguma coisa, colocar pra gente em
1575 votação alguma coisa que vai acabar colocando a gente em saia justa futuramente né, então eu
1576 sou a favor sim das hidrelétricas, mas desde que sejam feitas dentro da normalização e tudo, que
1577 é uma geração limpa, então é só uma colocação, e eu gosto muito do Pedro nisso, porque a gente
1578 tem um embate em tudo que é Conselho que a gente está e chega ali fora a gente conversa numa
1579 boa, como se nada estivesse acontecido aqui na mesa, então é cada um defendendo o seu lado.
1580 ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – bem senhores, conselheira Alice, eu anotei
1581 todos os pontos que a senhora levantou e me comprometo a levá-los ao conhecimento da
1582 SEMAD né, através do Dr. Shelley e gostaria de fazer algumas considerações a respeito de
1583 algumas coisas que a senhora disse: com relação ao espaço pra discutir os detalhes dos processos
1584 que venham a julgamento e do envio do material pelo correio eu vou pedir a SUPRAM que faça
1585 uma avaliação dessa possibilidade de forma que seja mais tranquila pra todos, eu não sei se na
1586 parte da manhã, no dia da reunião é tranquilo pro pessoal da SUPRAM porque normalmente fica
1587 o dia bastante apertado, mas eu peço tá, Maria Helena, que vocês façam uma análise de como
1588 atender essas solicitações da conselheira e entra em contato com ela pra acertar essas questões tá,
1589 que aí é uma coisa que realmente a SUPRAM pode atender, com relação a capacitação sobre
1590 licenciamento ambiental, os tipos de condicionantes né, que a senhora citou que corrobora aí a
1591 moção que foi colocada pela conselheira Waleska, eu acho interessante e bastante complexo até,
1592 falar das fases do licenciamento é até de certa forma muito tranquilo, imagino que todas as
1593 pessoas que trabalham no SISEMA possam dar esse tipo de informação, o problema é que nós
1594 temos tantos detalhes envolvidos no estabelecimentos de condicionantes, dependendo do tipo de
1595 atividade que uma coisa relativamente simples torna-se complexa até pra gente lembrar de toda e
1596 qualquer tipo de condicionante que pode aparecer, essa reunião de hoje foi um exemplo né, uma
1597 vez é uma indústria, temos alguns tipos de problema , outra vez é uma PCH que são outros tipos



1598 de aspectos ambientais e outras considerações a ser feitas, outras vezes, uma mineração, que já
1599 tem outros problemas diferenciados, mas é uma idéia muito interessante talvez a própria
1600 SEMAD com o apoio da FEAM, do IGAM e do IEF possam desenvolver algum tipo de manual
1601 tentando resumir e dar algumas diretrizes macro né, com relação a esse tipo de questionamento
1602 né, quando aplica uma condicionante ou não, em que fase, ela é da LP, ou ela é da LI ou ela é da
1603 LO, eu acho que a gente pode tentar fazer um esforço nesse sentido, é, eu vou chegar lá, a
1604 questão da autodepuração, capacidade da autodepuração dos rios que a senhora falou aí também,
1605 isso é um assunto também muito relevante né, na medida em que nós temos que preservar a
1606 qualidade da água e também promover a verdadeira gestão por Bacias hidrográficas né, nós
1607 estamos iniciando a FEAM junto com o IGAM um trabalho que é para instituir uma outorga de
1608 lançamento de efluentes, é obvio que nós vamos ter que começar passo a passo né, o estado é
1609 muito grande, nós temos uma riqueza de águas, uma Bacia Hidrográfica muito rica e eu acho que
1610 através desse mecanismo, da outorga de lançamento de efluentes nós vamos conseguir aos
1611 poucos chegar nessa questão crucial que é a avaliação da capacidade de autodepuração dos
1612 cursos d'água pra receber os efluentes de cada um dos empreendimentos. Nós estamos iniciando
1613 a partir desse ano a compilação dos dados da declaração de carga poluidora, que todas as
1614 atividades que geram efluentes líquidos devem apresentar à FEAM né, isso existe um formulário
1615 on-line pra ser preenchido e ser encaminhado até o dia 30 de março de cada ano com o dado
1616 sobre lançamento de efluentes do ano anterior, esse ano é o primeiro ano que o formulário entrou
1617 em vigor e ao final em dezembro, nós pretendemos publicar o primeiro relatório do inventário da
1618 carga poluidora do Estado, é obvio que ele não vai ser totalmente completo, porque nem todos os
1619 empreendimentos fizeram essa declaração, mas já é um grande avanço que aliado a questão da
1620 outorga de lançamento vai nos permitir avançar nessa questão porque apesar dos esforços que as
1621 vezes, as equipes da SUPRAM fazem sem dados mais amplos, que o próprio estado tem que
1622 fornecer, fica muito difícil essa análise né, com relação ao ritual do licenciamento que a senhora
1623 citou, da complexidade que alguns empreendedores tem também está em desenvolvimento o que
1624 provisoriamente está sendo chamado de NOVO SIAM, que é um novo sistema de informações
1625 ambientais, então na verdade vai ser uma nova ferramenta de trabalho, tem um grupo grande de
1626 pessoas envolvidas na construção de um novo banco de dados voltados ao licenciamento
1627 ambiental, com a previsão de simplificação de alguns procedimentos sem ferir o que está na
1628 legislação, é um trabalho complexo, eu participo de algumas reuniões, há uma equipe
1629 multidisciplinar envolvida, inclusive pessoas de algumas SUPRAMs que tenham participado e
1630 também é bastante complexo tendo em vista a diversidade das atividades, as atividades, às vezes,
1631 cada tipo de atividade requer um mecanismo diferente de formalização de processos, então é um
1632 quebra-cabeças muito grande e eu imagino que no meados do ano que vem isso deve estar
1633 pronto. A senhora citou uma coisa interessante dizendo que o calcanhar de Aquilis do sistema
1634 ambiental é o licenciamento, eu vou me permitir discordar da senhora, eu acho que é a
1635 fiscalização né, porque o licenciamento ele já ocorre há muitos anos, nós já temos experiências
1636 nisso, e essa estrutura de descentralização através das SUPRAM's, ela está ficando cada vez



1637 mais forte, mais concisa, porém a fiscalização ainda é um dos grandes desafios da SEMAD, do
1638 SISEMA como um todo, é interessante porque por coincidência ontem eu estava conversando
1639 com a diretora de fiscalização da FEAM que é a Dra. Angelina Lana e ela me deu um dado que
1640 eu fiquei um pouco assustada, entre março e setembro desse ano entraram na FEAM 4998
1641 solicitações de vistoria, denúncias de pessoas comuns, entidades ou do próprio ministério
1642 público, então quer dizer, é impossível atender à uma demanda desse tamanho, fora a
1643 fiscalização que é correlata o acompanhamento de condicionantes dos processos de
1644 licenciamento, então nós sabemos que as equipes das SUPRAM's tem uma carga muito grande
1645 de processos a serem analisados, infelizmente sobra muito pouco tempo pra fazer a fiscalização e
1646 por outro lado temos as diretorias de fiscalização da FEAM, do IGAM e do IEF que junto com o
1647 CGFAE, que é o Grupo Coordenadora da Fiscalização Ambiental Integrada do Estado tentam
1648 organizar o atendimento dessas demandas mas nem se a gente estivesse um fiscal pra atender
1649 cada demanda, talvez a gente conseguisse atender os anseios da sociedade, não estou
1650 justificando, estou apenas demonstrando que é um enorme desafio pra nós porque chega
1651 denúncia desde brigas de vizinhos né, por causa de barulho, de som alto né, que o pessoal
1652 encaminha achando que isso é um problema ambiental, até denúncias graves de poluição, de
1653 empreendimentos que está operando sem licença, e nós temos uma estrutura muito aquém do
1654 desejável mas também é uma das diretrizes do secretário José Carlos que a gente tem que partir
1655 de um planejamento dessa fiscalização porque até hoje nós ficamos sempre atendendo as
1656 demandas, atendendo as demandas e, como o corpo de fiscais é muito reduzidos isso não atende,
1657 às vezes a pessoa manda um denúncia, faz uma reiteração, o ministério público então manda pra
1658 cá, manda lá pra FEAM, manda pro IEF, manda pra SEMAD, todo mundo recebe a mesma
1659 demanda e aí às vezes tem até duplicidade de atendimento, então eu acho que no próximo ano,
1660 finalmente nós vamos ter algumas diretrizes factíveis para fiscalização ambiental em Minas
1661 Gerais, nós estamos trabalhando lá pra isso aí e finalmente sobre as questões das PCHs, houve
1662 algum tempo atrás, eu até confirmei aqui com o conselheiro Marco Antônio, porque eu estou um
1663 pouco desatualizada, houve uma tentativa de se fazer uma chamada avaliação ambiental
1664 estratégica do setor hidrelétrico, porém eu acho que isso não avançou muito porque também é
1665 um estudo bastante complexo, mas eu acho interessante a moção que está sendo encaminhada ao
1666 Secretário que pode servir aí de alavanca para que pelos menos abra aí um estudo específico para
1667 a região Leste de Minas, já que a demanda aqui é grande, que há necessidade como o conselheiro
1668 falou, de gerar energia e a gente precisa de ter critérios né, que pelo menos direcione a análise
1669 dos processos e o julgamento aqui por esse Conselho e o fato de nem todos terem o
1670 conhecimento sobre todos os assuntos né, isso é impossível de acontecer, mas é aí que está a
1671 riqueza desse Conselho né, de cada um vir aqui com seu conhecimento, com seu ponto de vista e
1672 dar a sua contribuição na tentativa de fazer o melhor possível né, de conceder aí as licenças
1673 acreditando sempre na outra parte, que a outra parte também vai fazer tudo direitinho né, então
1674 era essas as considerações, obrigada. HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE – primeiro pra
1675 completar, aqui pro leste temos a avaliação ambiental integrada da Bacia do Rio Doce, que ela é,



1676 foi desenvolvida pelo setor elétrico como um instrumento de planejamento de Política de
1677 avaliação ambiental da Bacia considerando a implantação de empreendimentos hidrelétricos.
1678 ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – está disponível a onde conselheiro?
1679 HUMBERTO RIBEIRO MENDES, SEDE – no site da EPE, Empresa de Pesquisas Energéticas,
1680 é www.epe.gov.br e lá tem, você vai no lado esquerdo tem meio ambiente aí tem AAIS, aí tem
1681 Rio Doce, não, tem do Doce, Paranaíba. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – eu
1682 gostaria que a SUPRAM então visse a possibilidade de resgatar esse arquivo e os conselheiros
1683 que quisessem talvez a SUPRAM pudesse fornecer em CD, ok, aqueles que. HUMBERTO
1684 RIBEIRO MENDES, SEDE – eu acredito que vai ser em DVC porque ele é um, é enorme.
1685 ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – a é, é imenso? Bom, vamos ver, vamos
1686 estudar a possibilidade ou até pedir a própria Entidade aqui uma apresentação, fornecimento de
1687 algum material, um resumo executivo, vamos avaliar isso aí. ALICE LORENTZ DE FARIA
1688 GODINHO, MOV. PRÓ RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – senhora presidente, já que a
1689 senhora falou em desafio, eu vou lhe passar outro, pra senhora levar pro governador Aécio
1690 Neves. ZULEIKA S. CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – nossa, quem sou eu. ALICE
1691 LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – eu
1692 estava vendo aqui, tinha comentado antes, eu fico encantada de ver esses pareceristas jovens
1693 entusiasmados e competentes muito mal remunerados, o quê que está acontecendo dentro do
1694 governo do estado de Minas, o Estado, eu já cansei de repetir isso, falei isso com a secretaria
1695 Renata Vilhena é preciso que todo mundo continue falando a mesma coisa, funcionário de meio
1696 ambiente é diferente, ele tem que ter vocação, capacidade e entusiasmo, é um funcionalismo
1697 escol, o quê que está acontecendo, no meio ambiente, pra SEMAD, pras outras instituições
1698 relacionadas ao meio ambiente, pessoal chega com entusiasmo, a gente vai lá tem contatos com
1699 eles, saem entusiasmado, vai pra casa, puxa vida o negócio está muito bem, três meses depois a
1700 gente volta e não tem ninguém mais lá, a iniciativa privada cooptou ou então o governo federal
1701 através de seus concursos onde todo mundo é devidamente remunerado, por favor, eu estou
1702 falando sempre mas vocês precisam me ajudar falar também né, daqui a pouco já não tenho mais
1703 voz, vamos ver o quê que nós podemos fazer pra motivar a secretária Renata Vilhena me
1704 responder o seguinte: Não, mas a senhora tem que entender, porque nós temos um problema, tem
1705 o, como é que chama, esse negócio que você não pode gastar mais? A responsabilidade fiscal e
1706 tal, tal, tal, eu falei assim: Olha secretária eu reconheço que alguma coisa melhorou mas é
1707 preciso que haja dentro do governo pessoas com criatividade pra resolverem esse problema, e é o
1708 que está faltando. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE - é só pra uma
1709 informação, quando a gente falou nessa avaliação integrada, a EPE, ele tem realmente esse
1710 estudo, só que esse estudo ele marca assim, por exemplo, onde que vão ser as PCHs, as Usinas
1711 Hidrelétricas bem pontual e ele não coloca em momento nenhum, porque eu já tive acesso a esse
1712 documento, li esse documento varias vezes pra fazer esse parecer, a própria PCH Santo Antônio
1713 baseia-se na EPE, só que a minha preocupação é o seguinte: é o efeito que cada empreendimento
1714 vai ter um sobre o outro na proximidade, por exemplo, Coroaci a prefeita Elisa falou que são



1715 quatro PCH's a distância de uma pra outra em relação ao efeito, por exemplo, quando você trata
1716 da ictiofauna se você tem os mecanismos de transposição nas PCH's muito perto, como é que
1717 essas espécies vão conseguir vencer dois, três, quatro mecanismos de transposição por exemplo,
1718 outra preocupação é que um empreendimento ao estar na proximidade do outro ele vai quebrar a
1719 conectividade dos corredores ecológicos da cobertura florestal, a minha preocupação é nesse
1720 sentido, mas que o documento da EPE é bastante consistente, mas ele não vai a esse
1721 detalhamento, a minha intenção era saber, os empreendimentos, as suas áreas diretamente
1722 afetadas ou indiretamente afetadas até aonde vai comprometer o próximo empreendimento que
1723 está logo abaixo, a poucos quilômetros abaixo, era só esse sentido. HUMBERTO RIBEIRO
1724 MENMDES, SEDE – conselheira, só pra, o estudo da EPE não tem isso e nem teria como ter,
1725 porque a idéia dele é, quando o empreendedor realiza um estudo, ele tem acesso ao estudo
1726 daquele empreendimento, ele não tem do outro empreendimento, então ele faz o estudo com um
1727 detalhe muito maior do que é o da EPE, que o da EPE tem uma escala de Bacia, aquilo
1728 submetido ao órgão ambiental, o órgão ambiental faz análise daquele empreendimento, o
1729 documento da EPE tem como intenção mostrar qual é a situação da Bacia, quais são as
1730 fragilidades que existem, por exemplo, o rio que existe uma fragilidade pra peixe aí o órgão
1731 ambiental sabe que estão previstos alguns empreendimentos, ele poderia falar assim, você vai
1732 fazer um sistema de transposição de peixe ou você vai em consórcio com outro empreendedor
1733 fazer isso, essa é a idéia, ele não tem como fazer isso porque ele não tem como obrigar o
1734 empreendedor a fazer o estudo, a analisar o estudo do outro, por exemplo, corredor ecológico,
1735 numa área onde existe problema de conexão o órgão ambiental já sabe que a sucessão de
1736 empreendimentos ali vai gravar a situação, o local onde não existe isso, o estado de Minas Gerais
1737 é mais difícil de ter, isso já não, seria problema, então ele não precisaria preocupar com corredor
1738 ecológico tentando imaginar como seria a região se estivesse mais empreendimento, esse é o
1739 intuito, por isso que ele é uma ferramenta para política ele não é o executivo, ele não tem nem
1740 como ser. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – por isso que a SUPRAM
1741 tem uma responsabilidade muito maior, na proposição quando ela recebe proposição dos
1742 empreendimentos pra ter essa visão, pra ter essa visão maior do posicionamento de cada
1743 empreendimento e da pretensão de cada empreendimento, se ele sabe que ali está sendo
1744 proposto, igual Santo Antônio, saber que Coroaci tem três acima, como é que seria esses estudos,
1745 poderiam ser feitos todos integrados, até economizaria pro próprio empreendedor. ZULEIKA S.
1746 CHIACCHIO TORQUETTI, FEAM – quando o conselheiro Humberto citou esse estudo, eu até
1747 realmente suspeitei que ele não fosse aprofundado do ponto de vista da avaliação ambiental, o
1748 instrumento que existe é esse, a avaliação ambiental estratégia, eu vou procurar informações
1749 mais atualizadas sobre essa proposta de se fazer para o setor hidrelétrico e tento trazer na
1750 próxima reunião, eu realmente não tenho nesse momento, pena que a conselheira Alice já saiu,
1751 mas ele me deu uma tarefa impossível de ser cumprida né, eu queria que ficasse registrado em
1752 Ata, eu sou uma das que mais brigo por conta disso também, porque também tenho lá
1753 trabalhando comigo uma equipe jovem que está sendo levada aos poucos e isso causa uma



1754 grande preocupação, quem é que vai ficar no sistema pra poder fazer o nosso trabalho aí, bem
1755 conselheiros, agradeço a presença de todos, a colaboração, pra que pudéssemos cumprir essa
1756 pauta e espero encontrá-los na próxima reunião, obrigada.